

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 149/2023  
Data: 01/09/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
CAMPS E CAPITANIA DOS PORTOS CELEBRAM CONVÊNIO E VÃO PREPARAR JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO .....	4
DESPACHANTES ADUANEIROS DESEMPENHAM PAPEL CRUCIAL NO COMÉRCIO EXTERIOR.....	5
ENERGIA EÓLICA OFFSHORE E PERSPECTIVAS PORTUÁRIA E DE NAVEGAÇÃO .....	6
<b>MERCOSHIPPIING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>8</b>
RAQUEL LYRA ANUNCIA DELEGADO ALESSANDRO DE CARVALHO COMO NOVO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL .....	8
LULA VAI AO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE NESTA SEXTA-FEIRA .....	8
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>11</b>
CONCEITO OPERACIONAL E DE NAVEGAÇÃO DAS EÓLICAS OFFSHORE É SIMILAR À OPERAÇÃO DE PLATAFORMAS DE PETRÓLEO 1	
REUNIÃO COLEGIADA - ANTAQ APROVA MINUTAS DE EDITAL PARA LICITAÇÃO DE TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ. 13	
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....</b>	<b>14</b>
RODOVIAS - VIADUTO DO MERCADO DO PEIXE E DUPLICAÇÃO DA BR-316/PI BENEFICIARÃO MAIS DE 1 MILHÃO DE PESSOAS NO PIAUÍ .....	14
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>16</b>
EDITORIAL – IMPULSIONANDO A INOVAÇÃO NOS PORTOS .....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS - NEGOCIAÇÕES CONTINUAM E REFORMA MINISTERIAL FICA PARA A PRÓXIMA SEMANA.....	17
<i>Nova data</i> .....	17
<i>Cronograma</i> .....	17
<i>Práticos 1</i> .....	17
<i>Praticagem 2</i> .....	17
<i>Praticagem 3</i> .....	17
NACIONAL -MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS VAI ESTUDAR MELHORIAS .....	18
NACIONAL - PARA ACOMODAR PP E REPUBLICANOS, ALCKMIN DEFENDE REFORMA MINISTERIAL .....	18
REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSINA CONTRATO PARA ADMINISTRAR AEROPORTO DE LINHARES E TERMINAIS .....	19
REGIÃO SUDESTE - EX-PREMIÊ BRITÂNICO DEFENDE ACORDO ENTRE REINO UNIDO E SÃO PAULO.....	20
REGIÃO SUDESTE - EXPORTAÇÕES DO AGRO PAULISTA CRESCEM 5,4% E ATINGEM US\$ 15 BILHÕES.....	21
REGIÃO SUDESTE - MARCELO SAMMARCO DESTACA IMPORTÂNCIA DO SUDESTE EXPORT EM MG.....	22
REGIÃO NORDESTE - SUAPE LANÇA PLATAFORMA PARA OFERECER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ÀS EMPRESAS DO COMPLEXO .....	23
MERCOSUL - DNIT LANÇA EDITAL PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA PONTE ENTRE RS E URUGUAI .....	24
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>27</b>
PARQUE VALONGO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE SANTOS SÃO APRESENTADOS EM FÓRUM DE TURISMO DE CRUZEIROS 27	
REPRESENTANTES DA VLI VISITAM SEDE DA ANTT .....	28
ABTP DEBATE DESAFIOS E PERSPECTIVA DA LEI DOS PORTOS EM BRASÍLIA .....	29
SUAPE LANÇA PLATAFORMA DE INOVAÇÃO ABERTA PARA AUXILIAR EMPRESAS DO COMPLEXO.....	29
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>30</b>
RÚSSIA CHEGA A ACORDO COM OPEP+ PARA NOVO CORTE .....	30
PRODUÇÃO DE GÁS DA BOLÍVIA ‘CHEGOU AO FUNDO’, DIZ PRESIDENTE .....	31
MPF PEDE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIAS SOBRE AZULÃO .....	33
HIDROGÊNIO VERDE: MODA, PETROLEIRAS E INTERESSE NACIONAL.....	34
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>36</b>
CONGRESSO DEVE DERRUBAR VETO DE LULA AO TEXTO DO MARCO FISCAL, DIZ ARTHUR LIRA.....	36
PIB: HADDAD CONFIRMA QUE CRESCIMENTO ESTE ANO PODE CHEGAR A 3%, MAS DIZ QUE TERCEIRO TRIMESTRE PREOCUPA 38	
MAIORIA DO STF VOTA A FAVOR DA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL .....	39
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL AFIRMA QUE PIB DEVE REFLETIR EM MELHOR ARRECADAÇÃO.....	40
PACHECO DIZ QUE PIB MAIS FORTE PODE AJUDAR GOVERNO A ZERAR O DÉFICIT.....	41
A PARTIR DE HOJE, MEI DEVE EMITIR NOTA FISCAL SOMENTE PELA NFS-E NACIONAL.....	41
LULA VOLTA A CRITICAR CAMPOS NETO E AFIRMA QUE VAI ‘CONTINUAR BRIGANDO’ PELA REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS .....	43
BRASIL FICA EM 5º LUGAR NO RANKING GLOBAL, COM RESULTADO DO PIB NO 1º TRIMESTRE.....	44
PACHECO REÚNE 19 GOVERNADORES NO SENADO E DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ APROVADA EM OUTUBRO, MAS ‘SEM AÇODAMENTO’.....	45
CAUSA DO APAGÃO FOI FALHA EM EQUIPAMENTOS E NÃO TEM RELAÇÃO GERAÇÃO DE ENERGIA, DIZ ONS .....	46



<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>47</b>
MONOTRILHO ATÉ CONGONHAS: OBRAS SERÃO RETOMADAS; VEJA NOVA PREVISÃO DE ENTREGA.....	47
TREM EXPRESSO ATÉ O AEROPORTO DE GUARULHOS GANHA NOVA PARADA; VEJA COMO VAI FUNCIONAR.....	48
PETROBRAS VENDE REFINARIA, NÃO ENTREGA E PODE SER ACIONADA NA JUSTIÇA POR COMPRADOR.....	49
LIRA DIZ QUE GOVERNO NÃO CONSEGUIRÁ ELEVAR IMPOSTOS NO CONGRESSO E DEFENDE REFORMA ADMINISTRATIVA.....	51
ELETOBRAS AVANÇA EM DESLIGAMENTOS DE SEGUNDO PDV, MESMO APÓS MME PEDIR SUSPENSÃO.....	52
O QUE AS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO ESTÃO FAZENDO PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE POLUENTES.....	53
MARCO TEMPORAL PODE AFETAR RELAÇÕES COMERCIAIS DE INDÍGENAS COM EMPRESAS, AFIRMAM ESPECIALISTAS.....	55
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>58</b>
TRIBUNAL DE CONTAS APONTA FALHAS EM SERVIÇO DE RECAPEAMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	58
MATRIZ ELÉTRICA NACIONAL É UMA DAS MAIS RENOVÁVEIS DO MUNDO.....	59
SEMANA DE 4 DIAS: CONHEÇA AS EMPRESAS QUE FARÃO O PROJETO PILOTO NO BRASIL.....	61
<b>G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO</b> .....	<b>63</b>
BRASIL SUPERA EUA E SE TORNA MAIOR EXPORTADOR DE MILHO DO MUNDO.....	63
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>64</b>
BARROSO É QUARTO MINISTRO A VOTAR CONTRA MARCO TEMPORAL NO STF.....	64
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>65</b>
PARA ANTAQ, TABELAMENTO DE PREÇOS É ÚLTIMA OPÇÃO.....	65
MARINHA DEFENDE QUE ANTAQ ASSUMA REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM.....	67
EMBARCAÇÕES MOVIDAS A AMÔNIA PODEM SER VIÁVEIS JÁ EM 2026.....	68
CENTRONAVE: ARMADORES APRESENTAM INOVAÇÕES PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR.....	69
SUAPE LANÇA PLATAFORMA DE INOVAÇÃO ABERTA PARA AUXILIAR EMPRESAS DO COMPLEXO.....	70
THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL RECEBE PRÊMIO E CERTIFICAÇÃO POR AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	71
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>72</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	72





## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### CAMPS E CAPITANIA DOS PORTOS CELEBRAM CONVÊNIO E VÃO PREPARAR JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Objetivo é direcionar à entidade ao menos 20 ex-militares por ano após o término do serviço obrigatório

Por: **Bárbara Farias**



**Um protocolo de intenções foi assinado pelo capitão dos Portos, capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá, e pelo presidente do Camps Santos, Elber Justo, na última semana Foto: José Luiz Borges**

e Mobilização Profissional e Social (Camps Santos) com objetivo de capacitar jovens ex-militares para o mercado de trabalho.

Um protocolo de intenções foi assinado pelo capitão dos Portos, capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá, e pelo presidente do Camps Santos, Elber Justo, na última semana. A parceria permite o encaminhamento imediato ao programa de aprendizagem profissional de jovens de 18 a 22 anos após o encerramento do serviço militar obrigatório.

Foi isso o que ocorreu com Bryan, admitido na Praticagem com contrato de 15 meses, com possibilidade de ser efetivado. “Na Praticagem, sou auxiliar administrativo e trabalho na parte do depósito. As pessoas foram bem receptivas comigo, me acolheram bem. Essa oportunidade foi bastante importante para mim, pois está muito difícil conseguir emprego. Encaro isso como uma grande oportunidade de emprego no ramo que gosto. Pretendo seguir nessa profissão, pois gosto muito da área marítima e gostei da Praticagem”, comentou.



**Bryan Cantanhede, de 20 anos, serviu a Marinha, em Santos, até 1º de agosto. Duas semanas depois, ingressou na Praticagem, onde vislumbra a oportunidade de seguir carreira na área marítima Foto: José Luiz Borges**

Segundo o capitão dos Portos, cerca de 20 jovens da Baixada Santista saem da Marinha por ano, após o serviço militar obrigatório, mas pela falta de vagas na instituição não é possível absorver a demanda dentro das Forças Armadas.

“Essa situação me tocou muito, por isso fui em busca de parceiros para solucionar essa questão e encontrei no Camps uma oportunidade de ajudar esses jovens a começarem uma carreira profissional. Com essa possibilidade, eles passam a ter uma oportunidade de emprego”, destacou Costa e Sá.

Para o presidente do Camps Santos, esse é um momento histórico para a entidade. "Vivemos em uma cidade portuária, que tem o maior porto da América Latina, com muitas empresas no setor. O preparo que esses jovens recebem no serviço militar da Marinha, com disciplina e comprometimento, é um diferencial na hora de lutar por uma oportunidade, principalmente nessa área", disse Elber Justo.

### Como funciona

Os ex-militares são incluídos no Programa Maior Aprendiz e, com o auxílio da equipe multidisciplinar, são encaminhados aos processos seletivos nas empresas parceiras. Ao serem aprovados, dão início à aprendizagem prática nas companhias, por 15 meses.

Eles precisam comparecer, semanalmente, ao Camps, onde participam de um dos cursos habilitados junto ao Ministério da Economia: Aprendiz de Rotinas Administrativas, Aprendiz de Varejo, Aprendiz de Logística, Aprendiz de Tecnologia da Informação e Aprendiz Auxiliar de Logística Portuária.

Na grade desses cursos, estão módulos como comunicação, relacionamento interpessoal, resolução de problemas, ética de trabalho, negociação, persuasão, empatia e espírito de equipe, entre outros.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 01/09/2023

## DESPACHANTES ADUANEIROS DESEMPENHAM PAPEL CRUCIAL NO COMÉRCIO EXTERIOR

Categoria é essencial para o funcionamento da cadeia logística e lida com diversos desafios

Por: *Ted Sartori*



**Alexandre Del Rosso Pires começou como office boy aos 17 anos; Noemia é despachante há 30 anos Foto: Divulgação**

Quando perguntam para Noemia da Conceição, de 60 anos, sobre sua profissão, a resposta está na ponta da língua: "Sou os olhos dos meus clientes. Nada passa despercebido, seja no que diz respeito a uma avaria na carga, conferência física e argumentações na hora de liberar essa carga".

Há 30 anos, Noemia é despachante aduaneiro. Trata-se do profissional que representa o importador e o exportador nos portos e aeroportos, resolvendo demandas documentais e operacionais perante os mais diversos órgãos de controle aduaneiro (Receita Federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Anvisa, Ibama e Exército).

"Somos o elo de toda a cadeia do comércio exterior, fazendo a roda girar", afirma o presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região, Carlos Melo. A atividade, que teve início no Império, foi instituída por dom João III, em 1554, com o intuito de conferir a entrada e saída de mercadorias dos navios.

"Trabalhando como prestadora de serviços na área fitossanitária, houve a oportunidade quando, como ajudante de despachante, me dediquei a auxiliar, na época, o meu despachante a dar qualidade de serviço aos importadores e exportadores", relembra Noemia.

Foi paixão à primeira vista: Noemia não resistiu à correria da função e dos prazos, além da possibilidade de argumentar com as autoridades. "O intuito é mostrar a esses órgãos a integridade das cargas e informações que compõem o processo de nacionalização e/ou exportação", explica.

Já Alexandre Del Rosso Pires galgou degraus desde cedo. "Comecei como office boy aos 17 anos, em uma comissária de despachos. Na época, acredito que, por ter um curso de Datilografia, já

estava fazendo serviços internos com pouco tempo de empresa. Ao longo do tempo, fui buscando aprender cada vez mais sobre a profissão, passando pelos cargos de ajudante de despachante aduaneiro e, por fim, despachante aduaneiro", conta.

### Desafios e futuro

Com as inúmeras atividades do despachante aduaneiro e as facilitações das operações de comércio exterior, os desafios são grandes para os próximos anos, acredita Pires, "em um trabalho constante junto às autoridades para melhor desempenho da profissão, e a liberação das mercadorias em menor tempo, reduzindo assim o Custo Brasil".

Noemia observa que a atualização constante é o segredo. "Informação, tecnologia e aprimoramento são ferramentas de ponta para dar a velocidade que o negócio exige. Tudo isso é fundamental para que possamos exercer um trabalho de qualidade para que os clientes fiquem satisfeitos com o resultado", afirma.

A mudança de rotina, inclusive, já aconteceu. "Saímos do dia a dia dos terminais e, atualmente, estamos mais restritos a uma sala com computadores. Temos a fundamental importância de sermos estudiosos a respeito de consultores, draw back (regime aduaneiro especial que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado), regimes especiais e outros, trazendo luz para a performance dos clientes, tornando a operação mais econômica", detalha Noemia.

Uma dessas ferramentas tecnológicas é a Declaração Única de Importação (Duimp). Ela foi implantada no fim da década passada, mas ainda não totalmente pronta e homologada em 100% pela Receita Federal para integrar um portal único do Governo Federal referente ao processo.

Apesar das facilidades, Pires não é fatalista quanto ao futuro do despachante aduaneiro. "A profissão sempre vai existir, mas quem a exerce precisará cada vez mais se aprimorar, em razão das novas tecnologias e a facilitação do comércio exterior. O despachante aduaneiro vai continuar sempre auxiliando os importadores e exportadores para a melhor logística de suas mercadorias e, conseqüentemente, para redução dos custos".

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 01/09/2023*

## ENERGIA EÓLICA OFFSHORE E PERSPECTIVAS PORTUÁRIA E DE NAVEGAÇÃO

A exploração de energia eólica offshore pode revolucionar a matriz energética do Brasil

*Por: Flávia Takafashi*



**Antaq realizou estudo para avaliar e compreender os aspectos regulatórios e operacionais que envolvem esse setor em expansão** Foto: Imagem ilustrativa/Reprodução/Pexels

A crescente relevância da energia eólica offshore como fonte de geração de energia limpa motivou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a realizar um estudo para avaliar e compreender os aspectos regulatórios e operacionais que envolvem esse setor em expansão. Estudo da agência examinou a perspectiva portuária e de navegação associada à

geração dessa energia para aprofundar o entendimento sobre a promissora fonte energética no contexto brasileiro.

O debate sobre o tema na Antaq é crucial, especialmente em um cenário onde a transição para fontes de energia renovável está em foco e a necessidade de diversificação da matriz energética é



imperativa. Diversos estudos enfatizam a viabilidade técnica e econômica da incorporação de fontes de energia limpa no Brasil, e a energia eólica em terra (on shore) já desempenha importante papel nesse cenário.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica, a energia eólica on shore já ocupa uma fatia considerável da matriz energética nacional, com 13% da capacidade total. Esse crescimento teve início após a crise hídrica de 2001, que culminou na criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), impulsionando a adoção dessa energia no País. Hoje, o Brasil possui capacidade instalada de 26 GW em energia eólica.

A exploração de energia eólica offshore representa uma nova fronteira empolgante. As usinas offshore aproveitam a força dos ventos oceânicos para criar uma fonte de energia renovável promissora. A tendência de expansão está se disseminando globalmente e no Brasil há uma demanda crescente por projetos relacionados a essa tecnologia. No entanto, a exploração de parques eólicos offshore enfrenta desafios, como expandir a cadeia de fornecimento de forma econômica, reduzir custos via inovações tecnológicas, aumentar as áreas disponíveis para instalação e melhorar a regulamentação para garantir transparência e previsibilidade, além de investir na infraestrutura portuária e embarcações especializadas.

A Antaq está envolvida na discussão. A cooperação internacional também é valorizada, buscando aprendizado com líderes globais em energia renovável, como o Reino Unido. A exploração de energia eólica offshore está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da infraestrutura portuária e já há uma regulamentação consolidada, com instrumentos regulatórios suficientes para proporcionar a implementação da atividade.

Os principais normativos editados até aqui sobre a matéria são o Decreto 10.946/2022, sobre a cessão de uso de espaços físicos e aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores para geração de energia elétrica em empreendimento offshore; a Portaria Normativa 52/GM/MME/2022, que estabelece normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore; a Portaria Interministerial MME/MMA 03/2022, que cria o Portal Único para Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia; e o PL 576/2021, que disciplina a exploração e desenvolvimento da geração de energia a partir de fontes de instalação offshore. A Lei 12.815/2013 e o Decreto 8.033/2013 também já possuem os instrumentos regulatórios necessários para proporcionar o desenvolvimento dos terminais portuários necessários ao apoio da nova atividade econômica.

Apesar de termos uma efetiva regulamentação que ampare os terminais portuários, esse novo modelo de geração de energia pode demandar que a agência se debruce sobre a avaliação de novas formas de outorgas e a adaptação da infraestrutura portuária, proporcionando o devido suporte às operações de instalação e manutenção dos parques eólicos. O tema envolve as competências da Antaq por tratar de questões afetas à ocupação de áreas dentro dos portos organizados. A Lei 10.233/2001, em seu Artigo 27, estabelece claramente a competência da agência para regulamentar outras formas de ocupação e exploração de áreas e instalações portuárias não previstas em legislação específica.

Sabendo o potencial dessa nova geração de energia, temos sempre que reforçar que a exploração de energia eólica offshore pode revolucionar a matriz energética do Brasil, capitalizando a consistência dos ventos marítimos. Sabedora disso, tenho a convicção de que a colaboração entre agências governamentais e a cooperação internacional é fundamental para o desenvolvimento de um quadro regulatório eficaz e para a preparação da infraestrutura para a próxima fase da energia limpa e renovável. Não é por outro motivo que a Antaq tem se debruçado fortemente sobre o assunto.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 01/09/2023**





### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

#### RAQUEL LYRA ANUNCIA DELEGADO ALESSANDRO DE CARVALHO COMO NOVO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Alessandro Carvalho assume o cargo depois da saída da ex-secretária e delegada da Polícia Federal, Carla Patrícia Cunha.

*Por Jairo Lima*



**Alessandro Carvalho já foi secretário executivo de Defesa Social (2010-2013) e Secretário (2014-2016) de Pernambuco. Foto: Reprodução/Facebook.**

A governadora Raquel Lyra (PSDB) anunciou o advogado e delegado da Polícia Federal Alessandro Carvalho será o novo Secretário de Defesa Social de Pernambuco.

O novo secretário já atuou em diversas funções na Polícia Federal em vários estados do Brasil como chefe regional em Foz do Iguaçu, delegado regional executivo na Bahia e no Rio Grande do Norte, entre outras. Em Pernambuco, Alessandro Carvalho já foi secretário executivo de Defesa Social (2010- 2013) e Secretário (2014-2016).

Também em Pernambuco, o novo secretário já assumiu a Chefia da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e Tráfico de Armas da Polícia Federal.

Alessandro Carvalho assume o cargo depois da saída da ex-secretária e delegada da Polícia Federal, Carla Patrícia Cunha.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 01/09/2023*

### LULA VAI AO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE NESTA SEXTA-FEIRA

Primeiro, Lula será recebido pelo presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, na sede da instituição, em Fortaleza

*Por Jairo Lima*



**Teresina (PI), 31.08.2023 – Presidente Lula anuncia, em Teresina, Empreendimentos do PAC no Estado do Piauí, no Centro de Convenções. Foto: Ricardo Stuckert/PR**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continua sua passagem pelo Nordeste nesta sexta-feira (1/8), quando vai aos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, depois da quinta-feira (31/8) no Piauí. Primeiro, Lula será recebido pelo presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, na sede da instituição, às 10h, em Fortaleza. Lá, o petista participará de evento em comemoração aos 25 anos do Crediamigo e 18 anos do Agroamigo, que são programas de microcrédito

do banco voltados para o Nordeste.

O BNB qualifica os seus programas como as maiores e mais bem-sucedidas experiências em microfinanças da América Latina. A carteira cativa do Crediamigo é de cerca de R\$ 5 bilhões para



aproximadamente dois milhões de pessoas, nos nove estados do Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Por sua vez, o Agroamigo atende a 1,3 milhão de produtores rurais com microcrédito orientado. A carteira ativa do programa supera a marca dos R\$ 6,6 bilhões.

Portanto, o gesto de Lula pelo ex-governador de Pernambuco pode aproximar ainda mais Paulo Câmara do PT, já que o presidente do BNB continua sem partido depois de ter se desfilado do PSB, nos primeiros dias de 2023, antes de assumir a diretoria do banco. Também vale a pena lembrar que, o governador do Ceará, Elmano de Freitas é do PT.



**Paulo Câmara é o presidente do BNB e vai receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na sede do banco, em Fortaleza. Foto: Ascom/BNB**

Apenas para se ter uma ideia, em 2022, o banco desembolsou R\$ 49 bilhões em empréstimos e financiamentos para empresas, um volume recorde. Este é o tamanho do orçamento que Paulo Câmara está usando em 2023.

No primeiro semestre, O Banco do Nordeste (BNB) contratou, nos primeiros seis meses deste ano, R\$ 21,3 bilhões, em toda sua área de atuação, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Foi o maior volume registrado na história do banco em um primeiro semestre. O segundo melhor resultado foi em 2022, com R\$ 15,8 bilhões contratados. Na comparação entre os dois períodos, o crescimento foi de 34,8%.

O FNE é a principal fonte de recursos do Banco e foi responsável por alavancar os projetos de infraestrutura, como os de energia e logística. Para esse setor, o BNB destinou R\$ 6,5 bilhões nos seis primeiros meses de 2023. Houve um aumento expressivo no setor industrial, que contratou R\$ 2,4 bilhões este ano, 73% a mais que no ano passado.

Entre os demais setores, as contratações foram de R\$ 5,1 bilhões em agricultura, R\$ 3,3 bilhões em pecuária, R\$ 1,9 bilhão em comércio, R\$ 1,7 bilhão em serviços e R\$ 178 milhões em agroindústria.

“Esses números demonstram a atenção que o Banco do Nordeste confere a todos os setores pensando de forma estratégica na recuperação consistente da economia. Apoiamos a infraestrutura para atrair novos negócios, a indústria para ofertar insumos para o mercado e no agronegócio para produção de alimentos no meio rural”, explica o presidente do BNB, Paulo Câmara.

### Rio Grande do Norte



**A candidata ao governo do Rio Grande do Norte pelo PT, Fátima Bezerra**

Também em solo governado por uma petista, nesse caso, Fátima de Freitas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarca no Rio Grande do Norte, nesta sexta-feira (1/08), para visitar as obras do Ramal do Apodi – Túnel Major Sales, no Canteiro Administrativo ALYA, localizado no município de Luís Gomes. A obra que faz parte da Transposição do Rio São Francisco, está na lista que deve ser viabilizada com o Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), que deve retomar 600 obras no estado. Será a primeira vez que o presidente vai ao RN desde o início do Governo Lula 3.

Fátima de Freitas deve fazer o lançamento do programa Água Para Todos, uma das promessas de campanha de Fátima. Em 2022, a governadora elencou como prioridades a segurança hídrica e a infraestrutura, assim como o novo hospital de traumas e a duplicação da BR-304.

A deputada estadual do RN, Isolda Dantas (PT), destacou que no lançamento do PAC, no Rio de Janeiro, R\$ 45 bilhões seriam destinados para o RN. “O presidente Lula visitará o estado para fazer um anúncio sobre as obras do PAC. É um volume muito alto de recursos, mas as obras são grandiosas. O presidente virá para anunciar a construção do Ramal Apodi do São Francisco, esta que é a última ponta que falta para as águas chegarem no RN. É uma obra muito importante para todo o RN e principalmente para a população do oeste e alto oeste. Outra obra importante é a duplicação da BR 304. Nos últimos 5 anos, 139 pessoas morreram na via”, pontuou.

### Piauí



**Teresina (PI), 31.08.2023 – Presidente Lula anuncia, em Teresina, Empreendimentos do PAC no Estado do Piauí, no Centro de Convenções. Foto: Ricardo Stuckert/PR**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira (31) que o Estado brasileiro vai ser indutor do desenvolvimento. “Se o governo não tiver credibilidade, se não oferecer garantias, estabilidade política, estabilidade jurídica, estabilidade social. Não é apenas ter mais energia ou menos energia. É preciso saber se as condições sociopolíticas e jurídicas estão garantindo que as pessoas coloquem o seu dinheiro e por aquele dinheiro recebam o resultado dele como lucro, para gerar os empregos”.

Durante a cerimônia de anúncio de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Piauí, Lula classificou o programa como o começo de uma história que já deu certo no Brasil. “O que estamos fazendo aqui é provar que o Estado brasileiro, no nosso governo, vai ser indutor do desenvolvimento. É por isso que a gente quer saber, em cada região, o que é necessário”.

No Piauí, a previsão é que o programa invista R\$ 56,5 bilhões em obras e serviços – incluindo a duplicação da BR-343 (Teresina – Altos), a construção da BR-330, a adutora de Jaicós, a Barragem Nova Algodões e moradias do Minha Casa, Minha Vida. Segundo a Casa Civil, que coordena o Novo PAC, os investimentos para o estado foram distribuídos da seguinte forma:

Educação, ciência e tecnologia – 14,6 bilhões

Cidades sustentáveis – R\$ 11,5 bilhões

Transporte eficiente e sustentável – R\$ 10,5 bilhões

Transição e segurança energética – R\$ 7,3 bilhões

Água para todos – R\$ 7,2 bilhões

Inclusão digital e conectividade – R\$ 3 bilhões

Saúde – R\$ 1,1 bilhão

Inovação para indústria da defesa – R\$ 900 milhões

Infraestrutura social – R\$ 300 milhões

Na prática, os recursos serão usados na construção de creches, unidades básicas de saúde, linhas de transmissão de energia elétrica, barragens, adutoras, moradias, por meio do programa Minha Casa Minha Vida, além de contemplar projetos em energias renováveis. Entre as obras aprovadas no Novo PAC também estão melhorias em algumas das principais rodovias do Piauí, como a BR-343, BR-316 e BR-330.

Confira aqui o detalhamento das obras do PAC em todos os estados.

### Novo PAC

O Novo PAC foi lançado pelo governo federal em 11 de agosto e prevê investimentos de R\$ 1,7 trilhão em obras e projetos em todo o país, com foco em moradia, mobilidade urbana e energia.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, visitará todos os estados do país, apresentando as obras do programa e buscando novos investimentos privados. O giro começou na semana passada, em São Paulo. Em alguns estados, como hoje no Piauí e amanhã (1º) no Rio Grande do Norte, a agenda contará com a presença do presidente Lula.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 01/09/2023*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### CONCEITO OPERACIONAL E DE NAVEGAÇÃO DAS EÓLICAS OFFSHORE É SIMILAR À OPERAÇÃO DE PLATAFORMAS DE PETRÓLEO

Estudo feito pela ANTAQ mostra que a regulamentação e utilização de embarcações para a implantação dos parques eólicos segue parâmetros similares à instalação de extração de hidrocarbonetos



***Estudo mostra que há um enorme potencial brasileiro para a captação desse tipo de energia renovável***

Brasília 01/09/2023 - O ciclo de vida das eólicas offshore é semelhante às etapas de extração offshore de petróleo e gás natural. Esse é o entendimento trazido pelo estudo feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre a energia eólica offshore e os aspectos regulatórios de navegação e portuários

O estudo, de relatoria da diretora Flávia Takafashi, teve como objetivo analisar o arcabouço regulatório que envolve a implantação da energia eólica offshore, sobretudo sob o prisma portuário e da navegação.

Segundo a relatora, o trabalho também tem como objetivo fomentar o debate dentro da própria Agência e ampliar o conhecimento dessa fonte energética no Brasil. Vale ressaltar que a energia eólica, atualmente, é uma das fontes renováveis com maior expectativa de desenvolvimento.

“O debate é de extrema relevância dentro da Agência. Sobretudo, diante do contexto atual, onde muito se discute a respeito da transição energética e sobre a importância de se investir em fontes alternativas de energia. Muitos estudos comprovam o potencial do Brasil em investir nessa fonte energética”, disse.





### Resultados

De acordo com o estudo, as embarcações utilizadas para a implantação das usinas eólicas offshore são similares às etapas das atividades de produção e exploração de hidrocarbonetos.

O país já possui expertise no setor de produção e exploração de hidrocarbonetos, com legislação representativa para o setor. As embarcações que atuam na prestação de serviço nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos enquadram-se na navegação de apoio marítimo.

A partir do estudo, firmou-se o entendimento que as embarcações empregadas nas atividades da indústria eólica offshore, em face da sinergia operacional com as embarcações empregadas nas atividades do setor de petróleo, gás e hidrocarbonetos, devem ser classificadas no conceito de navegação de apoio marítimo; excetuando-se as embarcações de engenharia e dragagem utilizadas na etapa de implantação.

Sob o prisma portuário, o estudo destaca que a Antaq já possui dentro do seu arcabouço legal a competência para regulamentar adequadamente a matéria, especialmente nas questões afetas à ocupação de áreas dentro dos portos organizados e o instrumento jurídico adequado a este fim.

### Mais análises

De acordo com a nota técnica, o Brasil possui a vantagem de ter sua principal fonte de energia concentrada em energia renovável, no caso a hidroelétrica. No entanto, após a crise de 2001, decorrente de forte período de escassez hídrica, o país acelerou a busca por diversificação da matriz energética a fim de elevar a segurança do sistema elétrico nacional.

Assim, a partir de 2003, a produção de energia eólica onshore iniciou sua trajetória de crescimento. Atualmente, o Brasil tem 26GW de capacidade instalada, 916 parques eólicos e mais de 10 mil 170 aerogeradores em 12 estados do país. Portanto, a análise mostra que esse tipo de energia renovável já está consolidado no país e que suscita a necessidade de expansão para campos offshore.

Nos últimos 30 anos, o crescimento de parques eólicos offshore tem sido exponencial. A Europa capitaneou esse processo com a instalação de aproximadamente 30 gigawatts (GW), em particular na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Desde 2015, a China tem se notabilizado pelo desenvolvimento de projetos offshore, com 25 GW instalados, e possui projetos em fase de planejamento.

Ainda segundo a análise técnica apresentada, há um enorme potencial brasileiro para a captação desse tipo de energia renovável. O país vem se preparando institucionalmente para regulamentar a exploração desse novo tipo de geração de energia. Vale lembrar que já foram editados decretos normativos, portarias, Projetos de Lei e criadas comissões para tratar do tema.

### Regulação

A diretoria deliberou ainda sobre uma consulta por parte do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos (SNPTA/MPor). A consulta tratava sobre possível revisão ou modificação da cláusula dos níveis de serviço adotada para os contratos de arrendamentos e aditivos contratuais dos terminais de graneis líquidos.

Em seu voto o relator do processo, diretor Alber Vasconcelos, afirmou que não há a necessidade de revisão da norma, editada pela Lei 14.047/2020. O entendimento é que o regramento, que alterou a Lei 12.815/2015, afastou a obrigação de edição de cláusula de edição de desempenho nos contratos de arrendamento portuário.

Ainda com o fundamento em teorias econômicas e de técnicas regulatórias, não há necessidade de inclusão de parâmetros de desempenho em novos contratos e respectivos aditivos. Além disso, há o

entendimento de que a inclusão de normativo específico criará assimetria regulatória entre antigos e novos contratos de arrendamento.

Já a revisora do processo, diretora Flávia Takafashi, adicionou recomendação direcionada ao Poder Concedente de avaliação quanto a possibilidade de readequação dos contratos de arrendamentos antigos visando a eliminação de parâmetros de desempenho antigo. O objetivo é promover o equilíbrio concorrencial e redução do fardo regulatório.

Também deixou claro no texto que as alterações da Lei 14.047/2020 na Lei 12.815/2015 em relação ao caso em nada afetam os contratos em vigor, deixando apenas de ser consideradas essenciais. O que não impede que o Poder Concedente possa utilizá-las em futuras modelagens ou em análises de contratos presentes.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**  
**Fone: (61) 2029-6520**  
**FAX: (61) 2029-6517**  
**E-mail: asc@antag.gov.br**  
**Data: 01/09/2023**

## REUNIÃO COLEGIADA - ANTAQ APROVA MINUTAS DE EDITAL PARA LICITAÇÃO DE TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ

Documentos serão enviados ao MPor e, posteriormente, serão analisadas pelo TCU



**Terminal ITG 02 é destinado ao escoamento de minério de ferro**

Brasília 01/09/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos para a licitação do terminal ITG 02, no Porto Organizado de Itaguaí (RJ).

A expectativa é de que o novo empreendimento – que será implantado em uma área de 348.937m<sup>2</sup> – receba, ao longo da concessão, quase R\$ 3 bilhões em investimentos e aumente a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo Porto de Itaguaí, movimentando quase 400 milhões de toneladas ao longo da vigência contratual.

Em seu voto, o relator do processo, diretor Alber Vasconcelos, indeferiu os questionamentos feitos durante o período de consulta pública acerca da modelagem desenvolvida pela Agência.

O relator acatou a contribuição para inclusão de regra que delimite a participação de empresas detentoras de mercado relevante adotando cláusula que garanta a livre concorrência e a paridade no certame. A limitação será para de que empresas detentoras de contratos de arrendamento ou autorização no mercado de minério de ferro possam participar do certame somente em caso de não haver propostas válidas de outras empresas.

Segundo Alber, o objetivo é buscar a descentralização do mercado de minérios no complexo portuário de Itaguaí. “Entendo ser fundamental o posicionamento da ANTAQ para restrição da participação de empresas que detém esse share de mercado dentro do Porto de Itaguaí. A restrição em questão representa o dever de tutela dessa Agência de forma a garantir que a concorrência de mercado aconteça de forma justa”, disse.

As minutas de edital e de contrato atualizadas serão enviadas ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que, após sua análise, encaminhará o processo ao Tribunal de Contas da União (TCU). Expectativa é que o terminal seja leiloado ainda este ano.

### Autorização de TUPs

Na mesma sessão, Alber relatou um requerimento de autorização em caráter especial e de emergência, para movimentação, por mais 180 dias, no terminal de uso privado denominado "TUP Guamaré", no Rio Grande do Norte. O relator acatou o pedido de renovação formulado pela empresa 3R Potiguar, para movimentação e armazenagem de carga containerizada, carga geral, granel líquido e granel sólido, em seu terminal.

Ainda durante a reunião, os diretores aprovaram o relatório do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, admitindo a solicitação da ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A para movimentação e armazenagem, em caráter especial, no terminal ATU 18, no porto de Aratu (BA). O tempo autorizado para operação é de 60 dias.

Também foi autorizado um requerimento feito pela Intercement Brasil S.A de autorização para construção e exploração de instalação de TUP, no município de Nova Santa Rita/RS, para fins de movimentação de granel sólido destinado ou proveniente de transporte aquaviário. O relator do processo foi o diretor Caio Farias.

Com a aprovação da autarquia, caberá ao Ministério de Portos e Aeroportos a decisão sobre a celebração do contrato.

### Porto de Itajaí

Os diretores também referendaram a aprovação da abertura do processo de propostas a interessados em operar terminal de forma transitória no Porto Organizado de Itajaí (SC). A aprovação "ad referendum" foi publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (25).

O processo de arrendamento transitório dos terminais tramitou dentro da ANTAQ sob relatoria do diretor Caio Farias. O contrato prevê que o arrendatário passe a operar no porto por dois anos, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas no Edital do Processo Seletivo, a critério do Poder Concedente. Todos os requisitos e demais condições de participação estão disponíveis no site da ANTAQ por meio deste link.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antag.gov.br**

**Data: 01/09/2023**



"Teresina era a única capital do país que não tinha seus acessos duplicados. Agora, ela passa a ter, marcando uma nova etapa da vida da população", afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho

**Ministro Renan Filho participa da entrega de trecho de 8,4 quilômetros na BR-316/PI.**

A infraestrutura de transportes do Piauí foi incrementada com duas entregas que impactarão diretamente o cotidiano dos piauienses. O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, inaugurou, nesta sexta-feira (1º), o viaduto do Mercado do Peixe, na BR-343/PI, em Teresina (PI), e





liberou para o tráfego 18,4 quilômetros duplicados da BR-316/PI, no trecho que liga a capital ao município de Demerval Lobão.

“Essa entrega vai melhorar, e muito, a mobilidade de Teresina e da região metropolitana da cidade. Além de ser importante para a fluidez no tráfego, a estrutura possibilitará ainda a atração de investimentos, a geração de empregos, o progresso da região e consequente melhoria das condições de vida da população”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

### **A obra**

- Foram investidos aproximadamente R\$ 30 milhões;
- A travessia conta com 120 metros de extensão e está dividido em três vãos de 40 metros;
- Importante para aprimorar a mobilidade urbana no Contorno Rodoviário de Teresina;
- 33 mil motoristas circulam diariamente na região e serão beneficiados.

Inacabada pela gestão anterior, a obra da travessia urbana da BR-343/PI foi concluída graças ao empenho do governo do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Emenda Constitucional 126/2022, a EC do Bolsa Família, que aumentou o orçamento previsto para o setor em 2023.

### **Mobilidade**

As mudanças na rotina de quem passa pela região diariamente já começaram a aparecer com a entrega do viaduto, como é o caso da técnica de enfermagem Maria dos Humildes Tavares Oliveira, de 66 anos. “Antes, eu ficaria parada dentro do ônibus por mais de duas horas por conta do trânsito. Agora, em 15 minutos estarei no serviço, o que vai melhorar muito a rotina”, avaliou a piauiense que trabalha na mesma maternidade pública há 48 anos.

A economia do tempo no trânsito também afetará o dia a dia do engenheiro civil Felipe Alan, de 30 anos, que passa semanalmente no local para trabalho. “A cidade cresceu muito nos últimos anos, o que aumentou o fluxo de carros, motos, caminhões e carretas de todo tipo. Uma obra como essa é essencial para desafogar o trânsito, sobretudo nos horários de pico”, disse o morador da região. “Com o viaduto, o trânsito de cerca de 30 minutos para passar por esse trecho será reduzido a cerca de cinco minutos, facilmente”, concluiu.

### **Tráfego intenso**

O empreendimento fica localizado em um dos pontos mais críticos do tráfego de Teresina, sobre a rótula da Avenida dos Expedicionários, e será fundamental para melhorar a trafegabilidade, reduzir sinistros de trânsito e congestionamentos na região. As pistas abertas para o tráfego estão devidamente sinalizadas e com iluminação.

O viaduto do Mercado do Peixe é apenas o primeiro de seis travessias do mesmo tipo que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) fará na BR-343/PI, dentro do Contorno Rodoviário de Teresina. Os demais empreendimentos serão licitados ainda em 2023. Também participaram da solenidade o diretor-geral do DNIT, Fabrício Galvão, e o superintendente regional do DNIT no Piauí, José Ribamar Bastos.

### **Duplicação**

Na BR-316/PI, foram entregues à população 18,4 quilômetros de duplicação no trecho que liga Teresina à Demerval Lobão, do quilômetro 15,35 ao 33,75, possíveis com investimento de aproximadamente R\$ 65 milhões, previstos como prioridade do Novo PAC no estado. Dessa extensão, 10 quilômetros já haviam sido concluídos.

Importante rodovia diagonal, a BR-316 começa no Pará, ligando Belém (PA) ao litoral de Alagoas, passando por Maranhão, Piauí e Pernambuco. No Piauí, esta rodovia cruza a região urbana de Teresina, trecho da rodovia que serve como rota para o escoamento da produção agrícola da região, conhecida como Matopiba, que abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, em direção, principalmente, ao porto de Itaqui (MA).



“Teresina era a única capital do país que não tinha seus acessos duplicados. Com esse empreendimento, ela passa a ter, o que marca uma nova etapa da vida dos piauienses”, reforçou o ministro Renan Filho. A estimativa é que mais de 1 milhão de pessoas na Região Metropolitana de Teresina sejam beneficiadas diretamente com a medida.

### Serviços executados

- Retornos em nível, pistas marginais nas travessias urbanas;
- Construção de uma ponte sobre o Riacho Marimbas e alargamento e restauração da ponte existente;
- Drenagem, paisagismo e proteção ambiental, sinalização horizontal e vertical e implantação de dispositivos de segurança.

O empreendimento será totalmente finalizado em dezembro, com as melhorias na Travessia de Demerval Lobão, totalizando 20,1 quilômetros duplicados.

### Reforço e Novo PAC

A duplicação da BR-316/PI está entre os destaques dos projetos de infraestrutura terrestre previstos no Novo PAC do Governo Federal para o estado. Serão 16 projetos, sendo cinco de construção e outras cinco de duplicação de trechos rodoviários. O programa prevê ainda investimentos na obra da Transnordestina e três estudos de novas concessões ferroviárias.

- Serão R\$ 4,8 bilhões investidos no estado até 2026 - sendo R\$ 2,6 bilhões para ferrovias e R\$ 2,2 bilhões para rodovias.
- O Nordeste como um todo contará com R\$ 49,1 bilhões em investimentos públicos e privados.

Até dezembro, o orçamento previsto para manutenção, construção e adequação de rodovias no Piauí é de cerca de R\$ 668 milhões. O montante é 5,5 vezes maior do que o que foi pago em 2022, na gestão anterior.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 01/09/2023*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

### EDITORIAL – IMPULSIONANDO A INOVAÇÃO NOS PORTOS

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A iniciativa recente do Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, de lançar a plataforma Suape Open Innovation é um passo importante em direção a um setor portuário mais inovador e eficiente. Este modelo de gestão, que busca fomentar a inovação por meio de parcerias com outras empresas e instituições de pesquisa, demonstra o compromisso em abraçar o potencial transformador da tecnologia.

A plataforma, que faz parte das ações do Programa Lócus de Inovação Suape, é um exemplo de como os portos podem liderar o caminho na adoção de novas tecnologias e soluções. Ao criar um canal aberto para que empresas apresentem seus desafios e necessidades, Suape está promovendo uma cultura de inovação e colaboração. Isso não apenas estimula a resolução de problemas específicos, mas também cria um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções que podem beneficiar todo o setor.

A colaboração entre empresas e instituições de pesquisa, como as Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica (ICTs), é fundamental para impulsionar a inovação. Essa abordagem de parceria permite que o conhecimento acadêmico e a experiência prática se unam, resultando em soluções mais robustas e eficazes.



Além disso, a plataforma Suape Open Innovation reconhece a importância da atualização constante em um mundo cada vez mais digital e tecnológico. Ao oferecer categorias de interesse que vão desde inteligência artificial até geoprocessamento, ela abrange uma ampla gama de áreas de inovação, garantindo que as empresas possam se manter competitivas e relevantes em um mercado em constante evolução.

Iniciativas como essa também têm o potencial de impulsionar a economia local e nacional. A inovação não apenas melhora a eficiência das operações portuárias, reduzindo custos e aumentando a competitividade, mas também atrai investimentos e promove o crescimento econômico.

O exemplo de Suape deve servir de inspiração para outros complexos portuários no Brasil e em todo o mundo. A busca contínua por soluções inovadoras não só fortalece o setor portuário, mas também contribui para uma cadeia logística mais eficiente e sustentável.

Portanto, aplaudimos a iniciativa de Suape e encorajamos outros atores do setor portuário a seguir o exemplo, abraçando a inovação como um caminho para um futuro mais promissor e competitivo.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 01/09/2023*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS - NEGOCIAÇÕES CONTINUAM E REFORMA MINISTERIAL FICA PARA A PRÓXIMA SEMANA**

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **NOVA DATA**

A reforma ministerial sofrerá um novo atraso, ficando agora para o início da próxima semana, com as negociações entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Centrão se prolongando pelo sábado e pelo domingo, como informaram fontes ligadas a lideranças do PT na noite de ontem. As duas principais alterações estudadas pelo Planalto para acomodar o Republicanos e o PP vivem situações distintas. Enquanto a indicação do deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) para o Ministério de Portos e Aeroportos é dada como certa, a escolha de André Fufuca (PP-MA) para um Ministério de Desenvolvimento Social sem o programa Bolsa Família é considerada sob avaliação.

### **CRONOGRAMA**

Também não está descartada a ida de Fufuca para o Ministério dos Esportes. Mas nesse caso, a pasta ganharia novas funções, cuidando ainda das pequenas e médias empresas.

### **PRÁTICOS 1**

A atividade profissional dos práticos foi debatida nessa quinta-feira, em audiência da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Representando a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a vice-presidente executiva do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), Lilian Schaefer, defendeu a regulação econômica da praticagem – sua ausência estaria gerando abusos nos preços desse serviço, disse.

### **PRATICAGEM 2**

Também favorável a essa regulação, o diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Cláudio Loureiro, defendeu a medida para casos excepcionais, quando “não há acordo e nem há possibilidade de acordo, como estamos vivendo agora em Manaus. Nós estamos vivendo um pedido de aumento de 300% no preço”.

### **PRATICAGEM 3**

O presidente do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Ricardo Falcão, respondeu que não há vácuo na legislação, pois a atividade do prático envolve uma relação privada que os projetos de lei em debate querem tabelar. E destacou que tanto o Tribunal de Contas da União (TCU) como o Conselho de Defesa Econômica (Cade) já concluíram que a praticagem não extrapola os limites econômicos da profissão.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/09/2023

## NACIONAL - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS VAI ESTUDAR MELHORIAS

Análise será feita a partir de proposta dos terminais portuários

Da Redação [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Na última semana, o secretário nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico, participou de um evento promovido pela ABTP para discutir os 10 anos da Lei 12.815**

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, informou que irá avaliar mudanças na Lei 12.815, o atual marco regulatório do setor portuário e que acaba de completar 10 anos. Para isso, o Ministério de Portos e Aeroportos publicará uma portaria criando um grupo de trabalho que cuidará da questão, analisando principalmente propostas de alterações apresentadas pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

“A associação nos apresentou o que seria a evolução da Lei 12.815, a terceira geração de regulação portuária, e que proporciona, de novo, um grande salto. Estou convicto de que é necessário, mais do que celebrar, permitir que a gente consiga tornar o marco regulatório uma peça dinâmica, que cresça com o setor portuário. A partir de um pedido da ABTP, estamos fazendo uma portaria (para criar um grupo de trabalho para analisar essas alterações), vamos nos debruçar sobre a proposta que veio da iniciativa privada”, disse Pierdomenico.

Na última semana, o secretário esteve em um evento da ABTP para discutir os 10 anos da Lei 12.815. Na ocasião, o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, apontou a necessidade de continuidade da reforma portuária. “Verificamos que o previsto em 2013, para expandir a capacidade de movimentação portuária, foi cumprido, mas com relação à premissa da gestão, entendemos que ainda existe um gap”, disse.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, reforçou a importância da segurança jurídica para haver mais investimentos e a expansão da atividade econômica. “Sem segurança jurídica, os atores econômicos não investem, não ampliam seus negócios, não há, enfim, criação de novos empregos, ampliação de arrecadação fiscal, o que impacta, intimamente, nos compromissos sociais, nas nossas políticas públicas”.

O senador Wellington Fagundes, presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), avaliou que os dez anos da Lei dos Portos mostram resultados positivos. “Quando observamos atentamente os dilemas do País, percebemos que são muitos os gargalos, mas a história recente tem demonstrado que as alternativas estão nos modelos que valorizam o empreendedorismo e que se apoiam na força da iniciativa privada. Precisamos, portanto, incentivar as soluções criativas, a inovação, a adoção maciça da tecnologia e, sobretudo, a união de todas as forças políticas na construção de um futuro de prosperidade para o nosso país”, disse o senador.

A Lei 12.815/2013 foi sancionada no dia 5 de junho de 2013. Ela visa dinamizar e dar maior eficiência às atividades do setor portuário, representando um forte impulso principalmente para os terminais de uso privado (TUP) e é considerada o atual marco regulatório desta atividade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/09/2023

## NACIONAL - PARA ACOMODAR PP E REPUBLICANOS, ALCKMIN DEFENDE REFORMA MINISTERIAL

Ele foi questionado se estaria disposto a abrir mão do MDIC para isso, mas não respondeu  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, defendeu, nesta quinta-feira, dia 31, a acomodação dos partidos Progressistas (PP) e Republicanos no Governo.

Alckmin participou de seminário na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, e disse que a reforma ministerial é uma maneira de ter governabilidade em torno dos projetos.

“O presidente Lula define ministério. São cargos de confiança do presidente. Eu sou favorável que tanto o Republicanos quanto o PP participem mais efetivamente do governo. O presidente Lula sabe a hora e a maneira de formatar essa boa frente para a governabilidade em torno dos projetos”, afirmou o vice-presidente.

Alckmin foi questionado se estaria disposto a abrir mão do MDIC para abrigar o Republicanos e o Progressistas, mas não respondeu.

Os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) são os cotados para ocuparem as vagas das siglas na Esplanada desde meados de junho.

Silvio Costa Filho pode substituir o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. A vaga de André Fufuca ainda está sendo definida.

No desenho mais recente feito por aliados de Lula, Márcio França comandaria o Ministério de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos migraria para o futuro Ministério de Micro e Pequenas Empresas e a ex-deputada Margareth Coelho vai para a presidência da Caixa Econômica.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/09/2023**

## REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSINA CONTRATO PARA ADMINISTRAR AEROPORTO DE LINHARES E TERMINAIS

Empresa ficará responsável por atividades como segurança aeroportuária e operacional

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Aeroporto de Linhares foi inaugurado pelo Governo Federal em abril deste ano (Foto: Divulgação/Governo do ES)**

A Infraero e o Governo do Espírito Santo firmaram o contrato de gestão e operação do Aeroporto Regional de Linhares, que foi inaugurado pelo Governo Federal em abril deste ano. A solenidade de assinatura ocorreu no Palácio Anchieta, em Vitória, com a presença do governador Renato Casagrande (PSB) e do presidente da Infraero, Rogério Amado Barzellay. Além disso, a Infraero assinou contrato de gestão e operação com

outros dez terminais, todos localizados no Ceará.

A Infraero ficará responsável por atividades como segurança aeroportuária e operacional, treinamentos, limpeza e conservação, serviços de meio ambiente e de tecnologia da informação, entre outras. Além disso, assumirá ações como fiscalização, vistoria e inspeção e também o fomento da área comercial.

Segundo o Governo do Espírito Santo, a Infraero fará ainda um completo diagnóstico técnico da situação do aeroporto e a interlocução com os entes que compõem o sistema de aviação civil a fim de alavancar as operações locais. O prazo para prestação dos serviços é de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

“Quando um aeroporto é bem administrado, ele se torna um agente transformador da cidade e da região, gerando emprego e renda para a população. No caso desses aeroportos, eles possuem, também, a função de integração nacional. Essa é a nova vocação da Infraero”, afirmou o Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França.

Para o presidente da Infraero, Rogério Barzellay, essa parceria demonstra o empenho de ambas as partes para o fortalecimento da aviação regional no Espírito Santo.

“A Infraero conhece os desafios das atividades de operação e gestão de aeroportos e conta com equipes altamente capacitadas que darão todo o apoio técnico ao Governo do Estado para o desenvolvimento do Aeroporto de Linhares”, destacou.

O novo Aeroporto de Linhares foi inaugurado em abril deste ano. Além da expansão da pista de pousos e decolagens, que possui 1.860 metros de extensão, o aeroporto recebeu obras de ampliação e reforma do terminal de passageiros, com capacidade para cerca de 230 pessoas, nova fachada, reformulação das áreas internas e estacionamento. O investimento total para o terminal foi de R\$ 29,88 milhões, sendo R\$ 17,9 milhões da União (60%) e o restante do Governo Estadual.

### Ceará

O contrato entre a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária com o Governo do Ceará contempla os aeroportos de Camocim, Campos Sales, Crateús, Iguatu, Quixadá, São Benedito, Tauá, Jericoacoara, Aracati e Sobral.

“As tratativas junto ao Governo Federal, por meio do Ministério dos Portos e Aeroportos, começaram há cerca de dois meses. Faz parte da iniciativa que visa à ampliação, interligação e modernização dos aeroportos regionais. Aqui no estado teremos dez equipamentos geridos pela Infraero, o que deve melhorar as condições e ampliar a oferta tanto para o turismo quanto para os negócios”, comentou Jade Romero, vice-governadora do Ceará.

De acordo com a Infraero, o prazo para prestação dos serviços nos aeroportos cearenses será de 60 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/09/2023

## REGIÃO SUDESTE - EX-PREMIÊ BRITÂNICO DEFENDE ACORDO ENTRE REINO UNIDO E SÃO PAULO



Boris Johnson se reuniu com o governador de São Paulo na quinta-feira, no Palácio dos Bandeirantes  
Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

**Johnson se reuniu com o governador Tarcísio de Freitas em São Paulo (Foto: Divulgação/Governo de São Paulo)**

O ex-primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, esteve no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo de São Paulo, nesta quinta-feira (31), onde se reuniu com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e secretários estaduais. Durante o encontro, ambos discutiram assuntos envolvendo o desenvolvimento



econômico, energia renovável, hidrogênio verde e assuntos voltados para o comércio. O ex-premiê afirmou que é importante um acordo de livre comércio entre o Reino Unido com São Paulo e, posteriormente, com o Brasil.

Tarcísio conversou com o ex-premiê a respeito do cenário econômico de São Paulo e todas as potencialidades e protagonismo em torno da transição energética. Além disso, outra pauta discutida envolveu a aproximação comercial entre o Brasil e o Reino Unido.

“Nossa conversa girou muito em torno do hidrogênio verde, biometano, etanol, da energia renovável e de toda a aptidão de São Paulo nesse processo. Nós temos um potencial gigantesco para alavancar parcerias, principalmente no campo da indústria, do comércio exterior e também no campo de tecnologia e energia”, declarou o governador.

Boris Johnson agradeceu a recepção do governo de São Paulo e pontuou que era um grande momento, pois o Reino Unido e o Brasil são duas grandes potências econômicas. Segundo o ex-ministro, o Reino Unido deve estabelecer um acordo comercial, especialmente com São Paulo.

“Nessa conversa com o governador percebi que temos muitos em comum. Temos a mesma ambição de combater a mudança climática com a tecnologia verde para ampliar as oportunidades para todos os nossos cidadãos. É preciso fazer um acordo de livre comércio. Talvez a gente deveria começar por São Paulo, depois Brasil, depois o Mercosul”, comentou Johnson.

Johnson liderou o governo britânico entre julho de 2019 e setembro de 2022 e, desde então, vem participando de cúpulas do setor privado para ampliação de investimentos globais em parcerias com gestões públicas.

Acompanharam a visita do ex-primeiro ministro, os secretários estaduais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, e de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/09/2023**

## REGIÃO SUDESTE - EXPORTAÇÕES DO AGRO PAULISTA CRESCEM 5,4% E ATINGEM US\$ 15 BILHÕES

Dados foram divulgados por pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**O saldo da balança comercial paulista do setor foi positivo em US\$ 12,15 bilhões (Foto: Divulgação/AEASP)**

O agronegócio de São Paulo registrou nos primeiros sete meses do ano um aumento de 5,4% nas exportações em comparação ao mesmo período do ano passado, alcançando valores de US\$ 15,15 bilhões. Já as importações subiram 2,7%, o equivalente a US\$ 3 bilhões. Com isso, o saldo da balança comercial paulista do setor foi positivo em US\$ 12,15 bilhões, 6% superior a 2022. Os números

foram revelados pelos pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

A participação das exportações do agronegócio no total do Estado é de 38,6%, enquanto que o desempenho das importações setoriais é de 7,1%. Para todos os setores da economia do comércio

exterior paulista, as exportações totais somaram US\$ 39,27 bilhões (20,2% de participação do total nacional), e as importações, US\$ 42,23 bilhões (30%), no acumulado de janeiro a julho de 2023.

Em relação ao mesmo período de 2022, houve aumento nas exportações de 1,9% e queda nas importações, de 7,3%.

Para o agronegócio, as exportações setoriais de São Paulo, nos sete meses de 2023, representaram 15,6% em relação ao agronegócio brasileiro, alta de 0,2 p.p. ante ao mesmo período de 2022; já as importações tiveram aumento (0,5 p.p.), passando de 30,4% para 30,9%.

A participação de São Paulo no agronegócio nacional, no período de janeiro a julho do ano, se destacou nos seguintes grupos de produtos, cujos valores ultrapassam 50% do total nacional: sucos (83,4%), produtos alimentícios diversos (74,6%), plantas vivas e produtos de floricultura (66,4%), demais produtos de origem vegetal (64,3%) e complexo sucroalcooleiro (63,5%).

### Exportações

O grupo sucroalcooleiro é o que apresenta a maior participação (32%) nas exportações do agro paulista, subindo 24,6% em valores e 4,5% em volumes negociados. Já o complexo soja vem em segundo lugar, com crescimento nos embarques (7,6%) e queda em valores (-3,9%), comparados ao mesmo período de 2022. A China (68,1%) é o principal destino, seguida de Tailândia (5,8%), Irã (5%) e Indonésia e Argentina (3,6%, cada um); os demais importadores somam 13,9%.

### Importações

Os principais produtos da pauta de importação do agronegócio paulista no acumulado de janeiro a julho de 2023 foram: papel (US\$ 227,91 milhões), salmões (US\$ 225,37 milhões) e trigo (US\$ 203,48 milhões). Os dez principais produtos representam 44,5% (US\$ 1,34 bilhão) do total importado (US\$ 3 bilhões).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/09/2023

## REGIÃO SUDESTE - MARCELO SAMMARCO DESTACA IMPORTÂNCIA DO SUDESTE EXPORT EM MG

Presidente do conselho do fórum regional ressaltou no ZR News a importância do Estado para o setor de logística

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



### Reprodução/ZR News

Os temas e assuntos debatidos durante a programação do Sudeste Export, Fórum Regional de Infraestrutura, Logística e Transportes, realizado nesta semana em Belo Horizonte (MG), foram abordados durante o programa ZR News, transmitido pela Rádio Santa Cecília FM. O presidente do Conselho do Sudeste Export, o advogado Marcelo Sammarco, fez um balanço do evento.

Segundo Sammarco, foi importante ter a edição do fórum regional em Minas Gerais, dada a relevância do Estado dentro do contexto econômico e de logística da região.

“Tratamos, por exemplo, de assuntos que envolvem corredores logísticos. Esse é um tema fundamental para aquela região. Estar em Minas proporcionou a oportunidade de dar mais espaço para a carga e também para setores importantes de rodovias e ferrovias. O Brasil Export e seu ambiente têm uma finalidade de promover discussões não somente do setor portuário, mas também do ambiente de infraestrutura, transportes e logística”, comentou.

O jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor de redação do BE News, classificou o tema da multimodalidade como um dos assuntos importantes que foram discutidos dentro da programação técnica do fórum.

“O Sudeste é a região mais importante do país, econômica e logisticamente. A atividade industrial e logística pesada ainda está no Sudeste. Minas tem uma grande malha rodoviária, a principal malha ferroviária, e isso gerou debates como, por exemplo, o da multimodalidade, ou seja, a integração entre modais, que hoje dependem de uma desburocratização. Governo Federal e agências reguladoras precisam buscar formas de simplificar a legislação, reduzir a burocracia, de modo que o operador logístico possa ampliar essa atividade”, analisou.

O Sudeste Export contou com mais de 200 participantes presenciais em Belo Horizonte, além da audiência que pôde acompanhar a programação através do BE News.

“Tivemos um público significativo com a presença de referências do setor, diversos players inseridos na região Sudeste. Mas com participação do estado de Minas Gerais, presença da VLI, tivemos a Transpes representada. Tiramos daí a importância de levar o evento para Minas. Trouxemos representatividade grande ao setor rodoviário”, completou Sammarco.

### Santos Export

Todas as quintas-feiras o ZR News, com apresentação de Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo <https://portalbenews.com.br>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/09/2023

## REGIÃO NORDESTE - SUAPE LANÇA PLATAFORMA PARA OFERECER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ÀS EMPRESAS DO COMPLEXO

Iniciativa conta com a parceria da Adepe, Porto Digital, Softex-PE e Universidade de Pernambuco  
Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Iniciativa conta com a parceria da Adepe, Porto Digital, Softex-PE e Universidade de Pernambuco. Divulgação/Suape**

Para fomentar a inovação, o Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) lançou, nesta quinta-feira (31), no auditório do edifício-sede da estatal, a plataforma Suape Open Innovation, modelo de gestão que acelera a inovação nas empresas do território por meio de parcerias com outras corporações e Instituições Científicas e de Inovação

Tecnológica (ICTs).

O programa, chamado de Desenvolve.aí, foi criado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) em parceria com o Porto Digital, com o objetivo de levantar desafios e oportunidades do mercado que podem ser solucionados por meio de inovação e troca de experiências.

A ideia é que as empresas em busca de soluções inscrevam seus desafios no canal aberto no site de Suape, disponível na aba Inovação. Após essa etapa, a empresa preenche os campos com informações das organizações e seleciona as categorias de interesse, como inteligência artificial; desenvolvimento de software e programação; geoprocessamento, geolocalização e rastreamento; entre outros.

“Temos uma oportunidade única de conectar solucionadores de problemas e mão de obra qualificada com as indústrias instaladas no Estado”, enfatizou o diretor-geral de Fomento, Inovação e Arranjos Produtivos da Adepe, Pedro Neves.

A plataforma é parte das ações do Programa Locus de Inovação Suape, formado pela estatal portuária, Universidade de Pernambuco e Softex, contando com apoio da Facepe.

“Além de aprender junto com o complexo, a ideia é promover um ambiente de estímulo que garanta a competitividade e fomente a cadeia produtiva com o que há de mais novo no mercado. Estamos felizes em poder lançar a plataforma Open Innovation para as empresas do território e a expectativa é de que o projeto ganhe proporção nacional, que tenhamos experiências significativas para o país e que possamos aprender com elas”, afirmou o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

A diretora de Inovação e Transformação de Suape, Adriana Martin, pontuou que a iniciativa é muito importante para o universo portuário. “Estamos começando algo que contribuirá para a eficiência e produtividade das empresas do complexo e os colaboradores perceberão que a inovação faz parte da rotina”, ressaltou a gestora.

Além dos diretores de Suape, estiveram presentes no evento o superintendente de Inovação Aberta do Porto Digital, Felipe Sabat; o diretor-geral de Fomento, Inovação e Arranjos Produtivos da Adepe, Pedro Neves; o vice-reitor da Universidade de Pernambuco (UPE), Jorge Roberto Cavalcante; o diretor do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex-PE), Manoel Borba; e a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, Mauricélia Montenegro.

“Essa iniciativa é muito importante não só para o Porto Digital, mas para o Estado como um todo, pois aproxima grandes corporações multinacionais do nosso ecossistema de inovação para impulsionar produtividade na indústria e, conseqüentemente, competitividade do nosso estado”, ressaltou o presidente do Porto Digital, Pierre Lucena.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/09/2023**

## MERCOSUL - DNIT LANÇA EDITAL PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA PONTE ENTRE RS E URUGUAI

Propostas serão abertas em 16 de outubro. Obras devem ser concluídas em três anos e meio

Da Redação [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Ponte sobre o Rio Jaguarão liga a cidade de Jaguarão (RS), no Brasil, a Rio Branco, no Uruguai (crédito: divulgação)**

Demanda histórica para ampliar a integração entre Brasil e Uruguai, a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, na BR-116/RS, está mais próxima de se tornar realidade. O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit),

publicou no Diário Oficial da União (DOU) dessa quinta-feira, o edital que abre a licitação para a contratação da empresa que fará os projetos da ponte e executará as obras. O empreendimento ainda inclui o acesso do lado brasileiro e o posto da aduana brasileira.

De acordo com o edital, a abertura das propostas está marcada para 16 de outubro, às 15 horas.



Também conforme o texto publicado no DOU, a ponte terá 419 metros de extensão, ligando as cidades de Jaguarão (RS), no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, passando sobre o Rio Jaguarão. Ela ficará à oeste da ponte original, a Barão de Maurá, atualmente a única ligação rodoviária entre os municípios. Com as duas estruturas, os motoristas terão maior segurança e fluidez no trânsito entre os dois países, destacou o Ministério dos Transportes.

A obra terá de ser concluída em três anos e meio, segundo o edital.

“Esse é um compromisso histórico do governo do presidente Lula, que já havia se alinhado ao presidente uruguaio para melhorar a estrutura na região da fronteira, e que será fundamental para estreitar não só o tráfego de pessoas e cargas entre os países, mas para fortalecer as relações bilaterais e integradas entre os países”, disse, em nota, o ministro dos Transportes, Renan Filho, que defende a construção de uma agenda em comum para o Mercosul no setor de infraestrutura de transportes.

A publicação do edital foi comemorada pelo embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles. Para o diplomata, a construção da segunda ponte, além de atender a uma demanda histórica dessa região do Rio Grande do Sul e do Uruguai, dará um novo impulso ao desenvolvimento ao país sul-americano. “Ter uma nova ponte sobre o Rio Jaguarão é muito importante para o Uruguai, pois por ali passam nossas exportações. Então é uma obra que impulsiona nosso comércio exterior”, afirmou. Valles também destacou o modelo de licitação, que selecionará uma mesma empresa para elaborar os projetos da ponte e, na sequência, construí-la. “Esse é um modelo mais simples, mais rápido, que garante um processo célere e reduz o risco de judicializações”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/09/2023

## VITRINE



CÂNDICE LA TERZA  
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.  
Para quem gosta de um bastidor, bem-vindo(a)!

### MULHERES DO DIREITO



Abrindo com foto especial para esta coluna, das queridas e atuantes mulheres do setor portuário, a advogada e professora de Direito Marítimo na Universidade Santa Cecília, professora Maria Cristina Gontijo, a advogada e sócia na Sammarco Associados, Bruna Esteves Sá, a sócia da Revoredo Advocacia, Daniella Revoredo, a consultora portuária, Luciana Fuschini Nave e a advogada e diretora Jurídica da MSC, Luciana Marques.

Sucesso meninas!

### *Medalha ao capitão*



Divulgação

O capitão Robledo de Lemos Costa e Sá, no comando da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo desde 2022, foi condecorado com a 'Medalha Pacificador' em cerimônia organizada na Capitania, pelos serviços prestados ao Exército Brasileiro, elevando o prestígio da instituição e desenvolvendo as relações de amizade entre o Exército e os de outras nações. Na foto, Robledo está com a esposa, Alexandra Fontes.

Parabéns ao capitão.

### **Tudo pronto para o Webinar**

Foto: divulgação Portugal export



Divulgação/Portugal Export

Lisboa estava muito ausente por aqui. Feliz em ter o diretor- executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, direto de além-mar, ao lado da CEO da Oásis Winds e conselheira do Portugal Export, Cecília Libório, após reunião estratégica sobre o webinar, que vai ser realizado dia 06 de setembro e abordará o tema: "Comércio Internacional de Frutas brasileiras". Muito sucesso, ora pois!



## TURMA QUE FAZ ACONTECER



### Divulgação/Brasil Export

Conhece a equipe que faz os eventos do Brasil Export acontecer? Eis quem está nos bastidores de tudo: na parte de cima, o técnico de transmissão da YouPro, Lucas Rodrigues, o Mestre de Cerimônias, no time desde o primeiro evento, em 2020, em Macapá (AP), André Santana, e o diretor de Comunicação do Brasil Export – BE, Bruno Merlin.

Na fileira de baixo: o sócio da YouPro, Francisco Cipriano, o técnico de transmissão, Paulo Santos, a produtora de Eventos do BE, Isadora Gonçalves, e a diretora de Produção do BE, Hevelyn Souza. Que timaço!

## Mulheres, Porto e Livro!



Comunicação Fenop

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/09/2023

Para comemorar a criação da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa), foi lançado em Brasília, o livro “CONATPA – 20 Anos de Atuação no Trabalho Portuário e Aquaviário”.

A obra foi organizada por Flávia Bauler, procuradora do Trabalho e coordenadora na Conatpa, ao centro na foto, ladeada à esquerda pela diretora-executiva da Federação Nacional das Operações Portuárias – Fenop, e diretora do Mulheres & Portos, Cristina Dutra, e a sócia no Escritório Fardim&Burian Advogadas Associadas, e assessora jurídica da Fenop, Flávia Fardim.



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PARQUE VALONGO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE SANTOS SÃO APRESENTADOS EM FÓRUM DE TURISMO DE CRUZEIROS

Informações: Prefeitura de Santos (01 de setembro de 2023)



O futuro Parque Valongo, a infraestrutura e preparação de Santos para receber os turistas e outras informações foram apresentadas na quarta-feira (30), em Brasília, no 5º Fórum CLIA Brasil 2023, evento da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos que reuniu dezenas de autoridades de todo o País para debater e refletir sobre as tendências e os desafios para o desenvolvimento do setor.

A secretária de Empreendedorismo, Economia



Criativa e Turismo de Santos, Selley Storino, integrou o painel 'Receptividade nos destinos', juntamente com representantes de Ilhabela (SP), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Itajaí (SC) e Recife (PE).

Além de apresentar vídeo e detalhes do Parque Valongo (arte abaixo) – projeto que vai transformar áreas de antigos armazéns portuários em espaço de lazer, convivência e de atividades esportivas e culturais e já conta com mais de R\$ 43 milhões da iniciativa privada para execução das obras – Selley explicou como a economia criativa é integrada ao turismo para atrair mais visitantes a Santos, com a realização de eventos e feiras de artesanato no Centro Histórico e a criação de roteiros temáticos aproveitando que o Município é Cidade Criativa da Unesco na área de cinema.

“Foi um importante troca entre as cidades que são destino dos navios sobre a preparação para a próxima temporada. Pudemos mostrar o empenho da Cidade em articular as parcerias para o Parque Valongo”, explicou a secretária.

Selley também defendeu a mudança do terminal de passageiros para a região do Valongo, lembrando que isso aproximará os cruzeiristas de atrações como o Museu Pelé, Bonde, Museu do Café, além da infraestrutura cultural, gastronomia, comércio e serviços do Centro. Atualmente, a medida está em estudos por parte do governo federal.

### PRÓXIMA TEMPORADA

No fórum, foram apresentadas projeções da próxima temporada de cruzeiros, que será a maior dos últimos 11 anos. Projeta-se um impacto econômico acima dos R\$ 5 bilhões no País, com 95 dias de navegação, 212 roteiros e 763 escalas nos destinos brasileiros.

Ao longo de 195 dias de navegação, a oferta será de 887.832 leitos, a serem distribuídos por nove embarcações de cabotagem, que percorrerão 18 destinos. O impacto econômico esperado está novamente acima dos R\$ 5 bilhões. Durante o período haverá 212 roteiros e 763 escalas nos destinos brasileiros.

Para Santos, estão previstas 151 escalas (oito a mais do que a passada) de 14 navios. O primeiro embarque está marcado para 29 de outubro, com o MSC Preziosa, e o último em 3 de maio, com o Costa Favolosa.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 01/09/2023*

### REPRESENTANTES DA VLI VISITAM SEDE DA ANTT

*Informações: ANTT (01 de setembro de 2023)*

O encontro foi uma oportunidade de alinhar o andamento dos trabalhos previstos nos contratos regulados pela ANTT

Nesta quarta-feira (30/8), o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, recebeu o novo presidente da VLI Logística, Lieven Cooreman. O encontro aconteceu na visita a sede da ANTT, em Brasília.

A visita teve o objetivo de apresentar Cooreman, novo CEO do grupo, e alinhar o andamento dos trabalhos previstos nos contratos regulados pela ANTT de concessão ferroviária à VLI. Também participaram do encontro os diretores da VLI, Silvana Alcantara e Fábio Marchiori.

“Estamos sempre de portas abertas para receber representantes das concessionárias reguladas pela ANTT. Nossa intenção é estreitar laços e, assim, encontrar as melhores soluções para o transporte terrestre, sempre considerando os interesses dos usuários”, afirmou Vitale.

Cooreman assumiu em agosto a liderança de gestão de soluções logísticas multimodais e integradas. A empresa é responsável pela operação na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a maior do



Brasil e principal eixo de integração entre as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. E é responsável também pelo trecho da Ferrovia Norte Sul (FNS) entre Açailândia (MA) e Porto Nacional (MA) no Corredor Centro-Norte.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 01/09/2023*

## ABTP DEBATE DESAFIOS E PERSPECTIVA DA LEI DOS PORTOS EM BRASÍLIA

*Informações: Informativo dos Portos (01 de setembro de 2023)*



*Foto: ABTP*

Um público de mais de 200 participantes esteve em peso em Brasília (DF) para ouvir as palestras de convidados especiais que debateram sobre os avanços, os desafios e as novas perspectivas dos 10 anos de implementação da Lei dos Portos (12.815/13), no evento ABTP Debate!, organizado pela ABTP.

A abertura contou com as palestras do presidente do TCU, o ministro Bruno Dantas; do ministro do TST, Douglas Alencar Rodrigues; e do secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio

Pierdomenico, representando o Ministério de Portos e Aeroportos. Os convidados destacaram a atuação das entidades voltada ao desenvolvimento do setor.

Um painel sobre as novas perspectivas da Lei dos Portos teve a participação de palestrantes como o secretário Nacional de Portos; o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery; o subprocurador Geral da República, Luiz Augusto; e o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Daniel Maia. A moderação do debate foi feita pelo jornalista Dimmi Amora.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 01/09/2023*

## SUAPE LANÇA PLATAFORMA DE INOVAÇÃO ABERTA PARA AUXILIAR EMPRESAS DO COMPLEXO

*Informações: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (01 de setembro de 2023)*

*Canal é a ponte entre indústrias do território e o ecossistema de inovação e conta com a parceria da Adepe, Porto Digital, Softex-PE e Universidade de Pernambuco*

Para fomentar a inovação aberta no território, o Complexo Industrial Portuário de Suape lançou, nesta quinta-feira (31), no auditório do edifício-sede da estatal, a plataforma Suape Open Innovation, modelo de gestão que acelera a inovação nas empresas por meio de parcerias com outras corporações e Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica (ICTs), possibilitando o crescimento por meio da troca de experiências.

Na ocasião, foi apresentado o Desenvolve.aí, programa criado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) em parceria com o Porto Digital, com o objetivo de levantar desafios e oportunidades do mercado que podem ser solucionados por meio de inovação. O encontro, que ocorreu das 10h às 12h, reuniu players do segmento portuário e logístico.

“A inovação aberta é um desafio que estamos abraçando com muita expectativa. Além de aprender junto com o complexo, a ideia é promover um ambiente de estímulo que garanta a competitividade e fomenta a cadeia produtiva com o que há de mais novo no mercado. Estamos felizes em poder lançar a plataforma Open Innovation para as empresas do território e a expectativa é de que o projeto ganhe proporção nacional, que tenhamos experiências significativas para o país e que possamos aprender com elas”, afirmou o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

A diretora de Inovação e Transformação de Suape, Adriana Martin, pontuou que a iniciativa é muito importante para o universo portuário. “Estamos começando algo que contribuirá para a eficiência e produtividade das empresas do complexo e os colaboradores perceberão que a inovação faz parte da rotina. Temos exemplos importantes de cases de sucesso desenvolvidos no atracadouro e as métricas não mentem: os resultados são incríveis”, ressaltou a gestora.

Além dos diretores de Suape, entre os participantes do evento estavam o superintendente de Inovação Aberta do Porto Digital, Felipe Sabat; o diretor-geral de Fomento, Inovação e Arranjos Produtivos da Adepe, Pedro Neves; o vice-reitor da Universidade de Pernambuco (UPE), Jorge Roberto Cavalcanti; o diretor do Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife (Softex-PE), Manoel Borba; e a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, Mauricélia Montenegro.

“Essa iniciativa é muito importante não só para o Porto Digital, mas para o Estado como um todo, pois aproxima grandes corporações multinacionais do nosso ecossistema de inovação para impulsionar produtividade na indústria e, conseqüentemente, competitividade do nosso estado”, ressaltou o presidente do Porto Digital, Pierre Lucena. O diretor da Softex-PE, Manoel Borba, comemorou a implantação do Suape Open Innovation. “Hoje estamos dando um novo passo com um parceiro de peso: o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), com vasta experiência em Inovação Aberta”, enfatizou.

### PLATAFORMA

As empresas podem inscrever seus desafios no canal aberto no site de Suape, disponível na aba Inovação. Após essa etapa, a empresa preenche os campos com informações das organizações e seleciona as categorias de interesse, a exemplo de inteligência artificial, desenvolvimento de software e programação; geoprocessamento, geolocalização e rastreamento; entre outros. A plataforma é parte das ações do Programa Lócus de Inovação Suape, formado pela estatal portuária, Universidade de Pernambuco e Softex, contando com apoio da Facepe. “Suape tem papel fundamental no desenvolvimento de Pernambuco e a Adepe quer unir forças para potencializar nosso ambiente e ecossistema de inovação e negócios. Temos uma oportunidade única de conectar solucionadores de problemas e mão de obra qualificada com as indústrias instaladas no Estado. O Suape Open Innovation será importante ferramenta e aproximará iniciativas similares em conjunto com a Adepe e outros órgãos de Pernambuco”, enfatizou o diretor-geral de Fomento, Inovação e Arranjos Produtivos da Adepe, Pedro Neves.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 01/09/2023*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

#### RÚSSIA CHEGA A ACORDO COM OPEP+ PARA NOVO CORTE

O Brent, para novembro, avançou 1,87%, a US\$ 86,83 o barril

*Por epbr 1 de setembro de 2023 Em Comece seu Dia, Internacional, Petróleo e gás*

Rússia chega a acordo com Opep+ para novo corte. O vice-primeiro-ministro russo, Alexander Novak, disse que os “parâmetros básicos” do novo corte serão conhecidos na próxima semana. A Rússia já se comprometeu, anteriormente, a reduzir em 300 mil barris/dia as suas exportações em setembro, depois de um corte de 500 mil barris/dia em agosto.

E o petróleo sobe. O Brent, para novembro, avançou 1,87%, a US\$ 86,83 o barril. A commodity encerrou o mês de agosto com uma valorização acumulada de 1,64%. O movimento ocorre à medida que o mercado aposta num aperto ainda maior da oferta global nos últimos meses de 2023.



**Bomba de abastecimento em posto de combustível (Foto: Agência Brasil)**

Venezuela recebe cargas da Eni e Repsol para aliviar falta de combustível. A estatal PDVSA descarregou um carregamento de 260 mil barris de nafta enviado pelas petroleiras europeias. A nafta será misturada com gasolina para ajudar a aplacar a escassez de combustível que manteve os venezuelanos em filas nos postos durante dias.

Governo cita apagão e pede suspensão de PDV da Eletrobras. O Ministério de Minas e Energia reiterou o pedido feito em julho à empresa para que ela suspenda seu plano de demissão voluntária.

– Em ofício assinado pelo ministro Alexandre Silveira, o MME manifesta preocupação quanto ao potencial impacto da saída de funcionários na continuidade da prestação de serviços da companhia.

– O apagão do dia 15 de agosto foi usado como argumento para reforçar o pedido. O ofício cita que “o evento originário” do blecaute ocorreu em ativos operados pela Chesf, subsidiária da Eletrobras.

Acordos comerciais para SAF arrefecem. O ritmo de fechamento de novos contratos de fornecimento de combustível de aviação sustentável abrandou este ano, depois de um biênio 2021-2022 agitado, impulsionado por políticas públicas, sobretudo na Europa e EUA.

– De acordo com a S&P Global Commodity Insights, nos primeiros sete meses de 2023, os volumes de negócios de compra de SAF responderam por 46% dos níveis de 2022.

Custo médio do hidrogênio verde é de US\$ 2,87 a US\$ 3,56 o kg no Brasil. O novo índice LCOH Brasil, da Clean Energy Latin America (Cela), leva em consideração as características de cada estado brasileiro.

– Segundo a consultoria, esses valores podem chegar a um patamar entre US\$ 1,69 e US\$ 1,86 o kg, com otimizações de ordem técnica e operacional, redução do custo de investimentos nos projetos, concessão de incentivos fiscais e custos melhores de financiamento, estimou a CELA.

Mais um híbrido flex no mercado brasileiro. A Kia se prepara para começar a vender em 2025 um carro 1.0 híbrido flex. A coreana é a primeira montadora a anunciar o plano de ter um modelo importado que poderá ser abastecido com etanol. Os híbridos flex disponíveis no Brasil, hoje, são produzidos localmente pela Toyota e CAO A Chery.

Eólicas offshore. A estatal lançou uma nova campanha de medição eólica offshore a partir de plataformas de óleo e gás em águas rasas no litoral dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Espírito Santo.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**  
**Data: 01/09/2023**

## **PRODUÇÃO DE GÁS DA BOLÍVIA ‘CHEGOU AO FUNDO’, DIZ PRESIDENTE**

Luis Arce afirmou que governo está investindo para recuperar capacidade de produção  
*Por Gabriela Ruddy 1 de setembro de 2023 Em Internacional, Mercado de gás*



**Luis Arce, presidente da Bolívia, diz que gás está no fundo. Crédito: Reprodução**

O presidente da Bolívia, Luis Arce, afirmou esta semana que a produção de gás natural do país “chegou ao fundo” e que o governo federal vai investir em exploração para recuperar as reservas nacionais.

Segundo Arce, o país registra quedas na produção, devido ao esgotamento das reservas, desde 2014. A produção da estatal

YPFB caiu de 59 milhões de m<sup>3</sup>/dia para 37 milhões de m<sup>3</sup>/dia em nove anos.

“A produção, lamentavelmente, vem caindo, até chegar ao fundo. Estamos fazendo, como governo nacional, altos investimentos em exploração para reconstituir as reservas de gás. Perdemos muitas reservas nesse período, que não foram substituídas, e o país não tem capacidade para produzir mais”, disse em evento na cidade de Oruro.

Arce é afilhado político do ex-presidente Evo Morales e assumiu a presidência em 2020. Recentemente, a aliança entre os dois políticos foi rompida.

### Exportações para Brasil e Argentina

As exportações bolivianas são uma importante fonte de gás para o Brasil e a Argentina. O governo argentino tem trabalhado em um plano para deixar de depender do gás do país vizinho já em 2024, a partir da exploração das reservas não convencionais de Vaca Muerta.

Já o Brasil importa o gás por meio do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que tem capacidade para cerca de 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia, mas está ocioso devido à queda na produção boliviana.

O governo boliviano busca uma aproximação com a Petrobras, na tentativa de atrair investimentos. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, já se reuniu duas vezes este ano com o presidente boliviano, Luis Arce. Uma visita técnica da Petrobras à Bolívia está pré-agendada para setembro.

### Plano para aumentar reservas

A YPFB conduz desde 2021 um plano para aumentar as reservas, que inclui a execução de 42 projetos exploratórios e investimento de US\$ 324 milhões, este ano, em exploração. O programa foi anunciado depois que o país não teve nenhuma nova perfuração durante todo o ano de 2020.

Esta semana, o presidente da estatal, Armin Dorgathen Tapia, confirmou em outro evento que os primeiros poços perfurados no programa de recuperação de reservas tiveram resultados positivos.

“Temos que reverter essa curva de produção e é isso que estamos fazendo, através de um árduo trabalho de execução de projetos”, disse.

Arce destacou que a produção de gás é uma importante fonte de recursos para os governos municipais, estaduais e federal na Bolívia, por meio do pagamento de impostos.

“Como temos menos reservas de gás, temos tido uma menor produção, todos temos sentido no bolso, sobretudo as prefeituras e governos [estaduais] que dependem fundamentalmente do IDH [imposto] do gás, que tem caído”, disse.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 01/09/2023



### MPF PEDE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIAS SOBRE AZULÃO

Audiências públicas promovidas pela Eneva e Ipaam estão previstas para este fim de semana para discutir instalação de térmica a gás

*Por eptr 1 de setembro de 2023 Em Empresas, Judiciário, Meio ambiente, Mercado de gás*



**Primeiro gás do projeto de Azulão é produzido para comissionamento da Unidade de Tratamento Primário (Foto: Cortesia)**

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou nesta sexta-feira (1/9) ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e à Eneva o cancelamento das audiências públicas convocadas para este fim de semana para discutir o projeto Azulão 950 — que consiste na instalação de novas termelétricas no complexo da companhia no Amazonas.

As reuniões foram agendadas para este sábado (2) e domingo (3), nos municípios de Silves e Itapiranga, cidades impactadas pelo empreendimento.

A medida é uma nova tentativa do MPF de barrar o avanço do projeto. Em maio, o órgão conseguiu uma liminar para suspender a licença ambiental e parar a produção do campo de Azulão. A liminar foi suspensa no dia seguinte e derrubada pelo TRF-1 uma semana depois.

O órgão aponta “falta de transparência e irregularidades na convocação das audiências em Silves e Itapiranga, além do risco de acirramento de conflitos com povos indígenas e tradicionais”.

O MPF se baseia em supostas irregularidades apontadas pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) no processo de licenciamento ambiental do empreendimento e na consulta aos povos indígenas e tradicionais da região. O órgão pede que as audiências sejam suspensas até que seja elaborado o Estudo de Componente Indígena (ECI), procedimento obrigatório para a concessão de licença ambiental, que busca garantir o direito dos povos indígenas impactados pelo empreendimento.

“O adiamento das audiências é necessário, segundo MPI, Funai e MPF, diante do risco de acirramento de conflitos e ameaças contra os povos indígenas e tradicionais da região. Além disso, conforme aponta a recomendação, não foram disponibilizadas à população local as informações necessárias para uma efetiva participação democrática e transparente nas audiências, nem há motivo de urgência para justificar a realização do evento neste final de semana”, diz o MPF em nota.

“As populações afetadas reclamam, ainda, que não foram informadas sobre a realização das audiências deste final de semana, o que demonstra a ausência de publicidade e transparência do tema, conforme aponta o MPF no documento. O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) publicado na página do Ipaam menciona apenas os territórios indígenas homologados na região, sem fazer qualquer referência aos demais territórios indígenas e tradicionais existentes no município de Silves e Itapiranga potencialmente impactados pela termelétrica.”

#### **O que é o Complexo Azulão 950**

O Complexo Azulão 950 é formado por duas térmicas a gás natural e uma unidade de tratamento de gás abastecidas pelo campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. As Usinas Termelétricas (UTE) Azulão I e II terão capacidade de 950 MW – daí o nome do projeto.

A UTE Azulão I, de 360 MW de capacidade instalada, vai ser construída em ciclo aberto. A usina foi contratada no primeiro Leilão de Reserva de Capacidade da Aneel, em dezembro de 2021. O

contrato estabelecido no leilão prevê que a usina terá o compromisso de venda de potência de 295 MW, pelo prazo de 15 anos, a partir do início da operação comercial da usina, que está programada para 1º de julho de 2026.

A UTE Azulão II, de 590 MW de capacidade instalada, a ser construída em ciclo combinado. A usina foi contratada no 2º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia da Aneel, em setembro de 2022. O contrato estabelecido no leilão prevê que a usina terá potência contratada de 520,8 MWm, com inflexibilidade contratual de 70%, pelo prazo de 15 anos, a partir do início da operação comercial da usina, que está programada para 31 de dezembro de 2026.

As usinas serão conectadas ao Subsistema Norte do Sistema Interligado Nacional. Os projetos fazem parte da estratégia da ENEVA de replicar o modelo de negócios R2W (Reservoir-to-Wire), implementado com sucesso na Bacia do Parnaíba.

### **Azulão entrou em operação em 2021**

A Eneva iniciou em setembro de 2021 a produção comercial do campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. É o primeiro projeto a entrar em operação na região, após 20 anos de sua descoberta.

A companhia comprou Azulão da Petrobras em novembro de 2017 por US\$ 54,5 milhões. A área foi descoberta em 1999 e declarada comercial em 2004, mas até sua venda – 13 anos depois – não tinha sido colocada em operação pela estatal, que chegou a estudar diversos modelos de produção para o projeto.

O Amazonas é um grande produtor de petróleo e gás natural em terra, mas na Bacia do Solimões, onde há infraestrutura para movimentação e processamento de óleo e gás, e escoamento para Manaus.

O gás produzido em Azulão é usado na geração de energia pela termelétrica (UTE) Jaguatirica II, de 117 MW de potência, contratada no 1º leilão para atendimento aos sistemas isolados, realizado em 2019. O gás é liquefeito e transportado por carretas para Boa Vista, capital de Roraima.

A energia atende Roraima, onde está localizada a usina, o único estado do país ainda desconectado do Sistema Interligado Nacional (SIN) de transmissão de energia. Depende, portanto, da geração local.

Ao todo, a previsão de investimento é de R\$ 1,8 bilhão.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 01/09/2023*

## **HIDROGÊNIO VERDE: MODA, PETROLEIRAS E INTERESSE NACIONAL**

Hidrogênio é oportunidade para alavancar nova cadeia industrial no Brasil, escreve Sergio Gabrielli  
*Opinião 1 de setembro de 2023 Em Colunas e opinião, Hidrogênio, Internacional, Política energética*



***Produção de hidrogênio próximo a planta industrial (Foto: Divulgação Engie)***

Os planos nacionais de hidrogênio têm sido lançados em velocidade bastante acelerada nos primeiros anos da segunda década do século XXI. As grandes potências, e mesmo países menores, procuram se posicionar nesse novo setor, que pode fortalecer a solução de muitos entraves ao avanço da transição energética.

Os desafios associados aos custos de novas fontes energéticas, às tecnologias, à construção de infraestrutura e à certificação de origem, com regulação precária e as dúvidas dos potenciais consumidores persistem.

É preciso criar um mercado para o hidrogênio, o que hoje não há. Projetos existem muitos, mas poucas são as decisões finais de investimentos.

As grandes companhias de petróleo ainda caminham cautelosamente na transformação dos sistemas de produção do hidrogênio (H<sub>2</sub>) usado em suas refinarias. Entre os processos destacam-se:

- (i) produção a partir da reforma do vapor de metano nas unidades SMR (Steam Methane Reforming), utilizando o gás natural como insumo;
- (ii) o uso de unidades de captura e sequestro de carbono (CCS) na produção do H<sub>2</sub> azul;
- (iii) produção nos processos eletrolíticos de extração do hidrogênio a partir da água (H<sub>2</sub> verde);
- ou (iv) a reforma do etanol para a produção de hidrogênio e combustíveis sintéticos.

Ou seja, atualmente a maioria das petrolíferas internacionais combina a descarbonização de seus próprios processos de produção do hidrogênio cinza (a partir de gás natural), com a entrada em projetos greenfield de novos sites de produção de hidrogênio de baixo carbono.

### **Investimentos miram a exportação**

Estudo recente, divulgado pela Energy Intelligence, mostra que as grandes empresas estão planejando aumentar sua participação na produção de hidrogênio em países da América do Sul, África, Oceania e do Oriente Médio, regiões com grande potencial de expansão de fontes de energia renovável, mas com baixa demanda doméstica de H<sub>2</sub>.

A maior parte desses projetos se acopla a unidades de carregadores da molécula de H<sub>2</sub>, como a amônia e o metanol, para fins de exportações, uma vez que o hidrogênio líquido ainda tem grandes limitações logísticas para seu transporte de longa distância.

Apesar desse movimento, grandes potências também devem hospedar empreendimentos, tal como os EUA, cujo presidente, Joe Biden, adotou uma série de políticas de incentivos ao segmento, inclusive com programas de fortes subsídios apoiados pelos dois principais partidos dos EUA no Congresso.

A Exxon, por exemplo, planeja começar a operar, em 2027, a maior planta de hidrogênio azul do mundo, com capacidade de produção de 1 bilhão de metros cúbicos por dia de H<sub>2</sub>, ao lado de sua refinaria de Baytown (Texas), o que reduziria suas emissões de CO<sub>2</sub> em 30%.

A Chevron, mesmo com menos ambições que sua rival, pretende alocar 30% de seu investimento em baixo carbono para projetos de H<sub>2</sub> azul ou verde. Nos seus planos destacam-se seis unidades produtoras de hidrogênio na Califórnia, que devem operar antes de 2026.

Ambas as empresas americanas apostam em unidades de amônia e metanol, com vistas a potencial exportação a partir dos EUA.

Já a britânica bp anunciou como objetivo estratégico alcançar até 2030 uma produção entre 500 e 700 mil toneladas ano de hidrogênio, predominantemente verde, e, inclusive, comprou a Travel Centers of America para avançar no segmento de logística e conveniência de abastecimento de hidrogênio, gás natural renovável (RNG), biocombustíveis e outros.

Apesar da incerteza regulatória sobre o hidrogênio na União Europeia, a anglo-holandesa Shell já decidiu investir no projeto de construção de uma unidade com eletrolisador de 200 MW para produzir H<sub>2</sub> verde na Holanda. Com foco no noroeste da Europa e na América do Norte, a Shell pretende investir US\$1 bilhão, por ano, em 2024 e 2025, nesses projetos de hidrogênio.



A francesa Total Energies, que tem planos de abater emissões em 500 mil toneladas em sua produção de H2 cinza, adquiriu uma empresa para atuar na área e anunciou que pretende produzir um milhão de toneladas por ano de H2 verde até 2030.

A China, que gera a maior parte de seu hidrogênio a partir do carvão e é responsável por 95% da expansão da capacidade de produção na região da Ásia-Pacífico, tem adotado uma estratégia de baixo carbono ao invés de estimular o H2 verde eletrolítico.

A Austrália, outro player asiático importante, por outro lado, procura enfatizar suas vantagens na produção de energia eólica e solar.

### **Estratégia do Brasil**

O Brasil, por sua vez, está ultimando os preparativos do Plano Nacional de Hidrogênio (PNH2) e do programa de “Combustíveis para o futuro”, enquanto os novos projetos de hidrogênio se concentram na região Nordeste, onde ocorre a maior expansão de parques eólicos e solares do Brasil.

A Petrobras, maior produtora e consumidora de hidrogênio cinza no Brasil, ainda não se pronunciou oficialmente sobre suas intenções com o produto. O seu novo Plano Estratégico 2024-2028 e as declarações de seus dirigentes apontam para uma ênfase na rota do biorefino, a partir do processamento de hidrogênio e fontes vegetais e animais.

Muitos dos projetos atuais no Brasil e no mundo repetem a lógica de privilegiar as exportações, com plantas de amônia, principalmente voltadas para atender o mercado europeu. Se ficarmos exclusivamente nesse modelo, estaremos exportando ar, sol e água, e deixando o acréscimo de valor industrial e econômico para o norte global.

Adotar a estratégia de integrar a cadeia do hidrogênio com a produção de combustíveis sintéticos e ampliar seus usos em setores de difícil redução das emissões de carbono, por exemplo, potencializaria a estruturação de uma nova cadeia produtiva no país.

Esse processo poderia fomentar o setor de economia verde e reduzir as emissões ao mesmo tempo em que ampliaria as oportunidades de trabalho e renda domésticas, além de atender algumas demandas de países importadores.

Nossos planos passarão pelo Congresso Nacional e nossas prioridades precisam ser estabelecidas tendo como balizador o adensamento produtivo interno e o desenvolvimento nacional. É urgente a necessidade de tomada de decisões.

José Sérgio Gabrielli Azevedo é professor aposentado da UFBA e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep).

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 01/09/2023*



**JORNAL O GLOBO – RJ**

**CONGRESSO DEVE DERRUBAR VETO DE LULA AO TEXTO DO MARCO FISCAL, DIZ ARTHUR LIRA**



Presidente da Câmara afirma que os deputados estão atentos a medidas 'predatórias e arrecadatórias' e fala que não tem compromisso com a tributação de fundos 'offshore' e fundos exclusivos

*Por João Sorima Neto — São Paulo*



***O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira participa do evento Expert XP, em São Paulo — Foto: Divulgação/Expert XP***

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), disse que o Congresso quer colaborar com a proposta de zerar o déficit público em 2024, perseguida pelo Ministério da Fazenda, mas afirmou que os deputados estão atentos a medidas "predatórias e arrecadadoras" que não sejam compatíveis com o melhor

rumo da economia.

Lira disse que ainda que um veto feito pelo presidente Lula a parte do texto do novo arcabouço fiscal deverá ser derrubado pelo Congresso.

O trecho que foi vetado proibia que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) excluísse despesas primárias da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

— É prerrogativa do presidente vetar quaisquer matérias legislativa que ele julgue prejudicar seu governo. Mas é prerrogativa do Congresso analisar o veto e derrubá-lo, se necessário. Não tenho as linhas gerais ainda, mas há chance desse veto ser derrubado pelo Congresso — disse Lira, que nesta sexta-feira participou de uma plenária durante a Expert XP, feira de investimentos, que acontece em São Paulo.

Na prática, o veto abre a possibilidade para que despesas sejam retiradas das metas fiscais já na LDO. Lira disse que o texto do arcabouço foi construído com a Câmara em diálogo com a Fazenda, com abertura de espaço para que o governo colocasse todas as suas razões. Ele disse que, sem o apoio do Legislativo, e sem as alterações, o texto original não seria aprovado.

### **'Ricos contra pobres'**

Sobre a tributação de fundos offshore e fundos exclusivos - iniciativas adotadas pelo governo Lula esta semana por meio de um projeto de lei e da edição de uma medida provisória - Lira disse que o Congresso não teve compromisso com isso.

Haddad: Taxação de offshore e fundos exclusivos não é 'Robin Hood' e nem 'revanche'  
Ele afirmou que se trata de um debate "de ricos contra pobres" que o país não precisa neste momento, depois de sair de uma eleição polarizada, em que valeu o slogan "nós contra eles". Lira afirmou que o Congresso é contrário a aumento de impostos.

— Defendemos medidas que sejam corretas e no tamanho certo. Precisamos de previsibilidade e de segurança jurídica para não desestabilizar o país que está na vanguarda da retomada do crescimento econômico, depois da pandemia — afirmou.

O governo prevê arrecadar R\$ 24 bilhões entre 2023 e 2026 com a medida provisória que alterou a tributação dos fundos exclusivos, usados principalmente por famílias de alta renda e que têm patrimônio normalmente acima de R\$ 5 milhões.

Já a taxa dos fundos offshores, usados em paraísos fiscais, foi enviada como projeto de lei em regime urgência constitucional para a Câmara dos Deputados e tem potencial de arrecadação da ordem de R\$ 7,05 bilhões em 2024, próximo a R\$ 6,75 bilhões em 2025 e R\$ 7,13 bilhões para 2026, de acordo com a Fazenda.

No início desta semana, o presidente Lula, ao defender as mudanças na tributação, afirmou que "o que não falta no Brasil são pessoas espertas" que "encontram um jeito de burlar a lei para não pagar Imposto de Renda".

### 'Não vamos votar retrocesso'

Lira disse que, independente da entrada do PP e do Republicanos na base do governo, como vem sendo negociado através de uma reforma ministerial, o Congresso não se furtou a votar temas de interesse do país, como o arcabouço fiscal, a Reforma Tributária e as mudanças no Carf, órgão que arbitra disputas administrativas na Receita Federal.

Segundo ele, nenhuma dessas votações dependeu de negociações da base política do governo.

— Vivemos um presidencialismo de coalizão e, se o governo não tem base política consistente no Congresso, tem que buscar apoio. Mas independente disso, não vamos votar no Congresso temas que possam configurar retrocesso, como a independência do Banco Central ou a capitalização da Eletrobras — afirmou Lira, acrescentando:

— As composições políticas são naturais em todos os países e há dificuldades para formá-las. Nossa função é ser um facilitador para que as matérias andem na Câmara e construir um ambiente de estabilidade no país.

O presidente da Câmara disse que uma possível reforma ministerial tem discussões restritas entre o presidente Lula e os líderes dos partidos e ele disse torcer para que "eles se entendam".

Ele disse que o clima é de normalidade no Congresso e que mantém relações "respeitosas e institucionais" com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

### Defesa da reforma administrativa

Lira voltou a defender a necessidade de se cortar despesas, e enfatizou que a reforma administrativa precisa andar. Ele disse que nenhum direito adquirido do funcionalismo público será afetado e tudo que a reforma trouxer de novidade vai ser colocado em prática a partir de sua promulgação.

— Não há nenhuma ação que atinja direitos adquiridos, que mexa na Previdência. A partir da promulgação da reforma, vamos falar de produtividade dos funcionários, de adequação de custos mais próxima da realidade do país. Queremos despesas mais programadas para todos os poderes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/09/2023

### PIB: HADDAD CONFIRMA QUE CRESCIMENTO ESTE ANO PODE CHEGAR A 3%, MAS DIZ QUE TERCEIRO TRIMESTRE PREOCUPA

Ministro da Fazenda disse que PIB surpreendeu positivamente e projeções feitas pelo próprio ministério estão sendo superadas

Por Victoria Abel



**Haddad diz que taxaço de offshore e fundos exclusivos não é 'Robin Hood' e nem 'revanche' — Foto: Evaristo Sá/AFP**

Depois de o IBGE divulgar um crescimento acima do esperado no segundo trimestre, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a alta do ano pode chegar a 3%, mesmo expectativa divulgada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

— Surpreendeu positivamente. O crescimento do PIB deve atingir a marca de 3%, estamos com uma expectativa melhor que em janeiro. A gente fica feliz que as projeções do início do ano, feitas pelo ministério, de 2%, estão sendo superadas — afirmou.

Apesar do otimismo, Haddad reconhece que o terceiro trimestre da economia merece atenção e que o governo precisa estar preparado para soltar novas medidas, caso a economia desacelere.

— Isso não significa que podemos baixar a guarda. O terceiro trimestre é chave para as projeções. O mês de julho nos preocupou. Agosto foi melhor que julho, mas não está fechado ainda. Estamos olhando os dados do terceiro trimestre para ver quais as medidas necessárias para não deixar uma eventual desaceleração afetar dados da economia neste ano e no ano que vem.

O ministro da Fazenda explicou que a perda de arrecadação em julho foi um problema localizado. Algumas empresas teriam recolhido menos Imposto de Renda. Mas ele não detalhou quais seriam os setores.

— Foi um problema localizado em algumas empresas que recolheram pouco imposto de renda, queremos entender o porquê — disse.

Haddad cumpre agenda em São Paulo, e falou com jornalistas na sede do Ministério.

### Projetos de arrecadação no Congresso

Entre as medidas recentemente enviadas ao Congresso Nacional, para aumento de arrecadação, o ministro da Fazenda destaca como mais importante a subvenção do ICMS. O governo federal publicou nesta quinta-feira uma medida provisória (MP) que permite a cobrança de impostos federais sobre incentivos fiscais dados por governadores por meio de ICMS para o custeio das empresas. Também enviou ao Congresso um projeto de lei que altera as regras para dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP), que são um mecanismo usado por empresas para remunerarem seus acionistas.

— É um absurdo. Um governador dá um benefício fiscal e afeta a base de cálculo federal. Isso fere o pacto federativo. A não ser que a lei federal estabeleça critérios pra isso, que é o que estamos tentando fazer.

Haddad ainda citou o marco de garantias como uma forma de alavancar o consumo das famílias. A medida abre mais espaço de crédito no país. Ao mesmo tempo, o programa Desenrola tem desnegativado CPFs devedores.

— Se o marco estiver aprovado, podemos incrementar o consumo das famílias que vão estar menos endividadas e com poder de compra maior.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 01/09/2023*

## MAIORIA DO STF VOTA A FAVOR DA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Ministros seguem posicionamento adotado pelo relator, Gilmar Mendes, que aponta risco de enfraquecimento do sistema sindical

*Por Mariana Muniz — Brasília*



***O prédio do Supremo Tribunal Federal em julho de 2023 — Foto: Antonio Augusto/STF/Divulgação overlay-clevercloseLogo***

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem cobradas de empregados ainda que não sejam sindicalizados — entretanto, assegurando o direito de oposição.

Por enquanto, os ministros favoráveis à retomada da cobrança é o relator, Gilmar Mendes, e os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

No recurso que está sendo julgado agora, os ministros estão mudando um entendimento adotado pelo Supremo em 2017, quando considerou inconstitucional a imposição de contribuição assistencial porque já existia o imposto sindical obrigatório.

No julgamento do recurso, iniciado em 2020, o relator, ministro Gilmar Mendes, havia sido inicialmente contrário à cobrança, mas mudou seu posicionamento. Ele destacou que há "real perigo de enfraquecimento do sistema sindical como um todo" após a reforma trabalhista.

A contribuição assistencial, caso prevaleça o posicionamento da maioria dos ministros, somente poderá ser cobrada dos empregados da categoria não sindicalizados se pactuada em acordo ou convenção coletiva e caso os referidos empregados não sindicalizados deixem de exercer o seu direito à oposição.

Em nota publicada em abril, o gabinete de Gilmar Mendes explicou que "o entendimento pela constitucionalidade das chamadas contribuições assistenciais, respeitado o direito de oposição, faculta a trabalhadores e sindicatos instrumento capaz de recompor a autonomia financeira do sistema sindical, concretizando o direito à representação sindical sem, ao mesmo tempo, ferir a liberdade sindical de associação".

O julgamento da questão está sendo realizado pelo plenário virtual em sessão que começou nesta sexta-feira e vai até o dia 11 de setembro. Até a conclusão do julgamento, ministros podem mudar de voto ou pedir vista e, assim, suspender a análise do tema.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 01/09/2023*

## **PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL AFIRMA QUE PIB DEVE REFLETIR EM MELHOR ARRECADAÇÃO**

Roberto Campos Neto destacou dados positivos do PIB trimestral, como o desempenho da indústria e do setor de serviços

*Por Geralda Doca — Brasília*



**Roberto Campos Neto — Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 0,9% no segundo trimestre deste ano deve refletir em uma melhor arrecadação para o governo federal. Ele destacou dados positivos do PIB trimestral, como o desempenho da indústria e do setor de serviços.

- O PIB foi bastante bom, muito acima do esperado e com elementos bons. Deve refletir em uma arrecadação melhor - afirmou Campos Neto, ao participar do Fórum Lide Brazil Development, acrescentando que o governo precisará de receitas extras para atingir as metas fiscais.

Ele citou as projeções de resultado fiscal previstas no arcabouço: déficit de 0,5% do PIB em 2023, zero em 2024 e superávit de 1% do PIB em 2026. Para Campos Neto, é muito importante que o governo mantenha essas metas.



- O mercado tem uma previsão muito diferente do que está no arcabouço. É muito importante o governo manter o que está no arcabouço, e perseguir as metas. A gente precisa de uma arrecadação grande para fazer com que a gente chegue perto da meta - destacou Campos Neto.

Na avaliação dele, à medida em que o Congresso aprovar os projetos que aumentam as receitas, haverá maior convergência entre o que mercado espera do governo na área fiscal e de fato o que vai acontecer.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 01/09/2023*

### **PACHECO DIZ QUE PIB MAIS FORTE PODE AJUDAR GOVERNO A ZERAR O DÉFICIT**

Presidente do Senado defendeu que o governo negocie com o Congresso um cronograma para aprovar projetos que melhorem a arrecadação sem aumentar a carga tributária

*Por Geralda Doca — Brasília*



*O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, durante sessão — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado/09-03-2023*

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, divulgado pelo IBGE nesta sexta-feira, é um indicativo de que o governo poderá cumprir a meta de zerar o déficit público em 2024.

Ele destacou, porém, que é preciso saber se isso vai resultar em maior arrecadação federal e defendeu maior diálogo do Executivo com o Congresso para aprovar projetos "inteligentes" que melhorem a receita e não gerem aumento de carga tributária sobre o setor produtivo.

- O resultado do PIB é um indicativo importante, temos que saber se isso gera mais arrecadação, se gerar mais arrecadação contribui para o déficit público - disse Pacheco.

Ele acrescentou:

- Nos próximos dias, é muito importante o poder Executivo, através de seus personagens, especialmente o ministro da Fazenda, e o Senado e a Câmara, através de seus presidentes, possam sentar para estabelecer um cronograma de iniciativas legislativas inteligentes, propositivas, justas do ponto de vista tributário, para poder garantir o cumprimento das metas fiscais, através de projeto de arrecadação que não signifiquem imposição de aumento de carga tributária - mencionou Pacheco, ao participar do Fórum Lide Brazil Development.

Pacheco citou uma série de medidas arrecadatórias enviadas pelo governo ao Congresso, como a tributação de fundos de investimentos exclusivos, das apostas esportivas e de aplicações financeiras no exterior. Entre elas está também a taxa de juros sobre o capital próprio, que enfrenta resistência do setor produtivo.

- Há varias iniciativas sobre a mesa para nós termos uma arrecadação sustentável, equilibrada e justa, sobretudo dentro da premissa de fazer pagar tributos quem não paga e não impor mais tributo ao setor produtivo que não consegue pagar essa conta - destacou.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 01/09/2023*

### **A PARTIR DE HOJE, MEI DEVE EMITIR NOTA FISCAL SOMENTE PELA NFS-E NACIONAL**

Migração obrigatória valerá para microempreendedores individuais de todo o país que são prestadores de serviços para pessoas jurídicas. No caso da cidade do Rio, Nota Carioca não será mais utilizada

Por O GLOBO — RIO



**MEI: nota fiscal deve ser emitida apenas por sistema nacional — Foto: Arquivo**

A partir desta sexta-feira, 1º de setembro, todos os microempreendedores individuais (MEIs) de todo o país que são prestadores de serviços para pessoas jurídicas deverão emitir suas notas apenas por meio do sistema nacional de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Anteriormente, a emissão das NFS-e era feita nos portais das prefeituras municipais. Por conta disso, cada município possui um modo de emissão de NFS, resultando em milhares de legislações e NFS diferentes no país. A medida foi estabelecida pela Resolução 169/2022 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Com a nova regra, no caso da capital fluminense, por exemplo, a Nota Carioca não será mais utilizada pela categoria. Sendo assim, os MEIs que têm cadastros no sistema da Nota Carioca, da Prefeitura do Rio, continuarão com acesso ao site apenas para consulta, cancelamento e emissão de notas antigas, com competência anterior a setembro de 2023, sem a possibilidade de emissão de novas notas.

A NFS-e começou a ser emitida por MEIs em janeiro deste ano. O prazo de migração acabou em 31 de agosto. Para o governo, ter um modelo único para NFS-e contribui para reduzir a burocracia, beneficiando a administração federal e os próprios contribuintes.

O novo sistema permite que o MEI emita a NFS-e em todo o território nacional, de forma simplificada e sem custo, e também sem a necessidade de alvará de licenciamento da prefeitura.

Com isso, o microempreendedor individual poderá emitir notas fiscais preenchendo apenas três informações: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do tomador do serviço, descrição do serviço e valor da nota (veja abaixo o passo a passo).

Vale lembrar que a migração obrigatória valerá somente para microempreendedores individuais, ou seja, não atingirá outros tipos de empresas.

O MEI é obrigado a emitir nota fiscal sempre que vender ou prestar serviços para outras empresas. A emissão é opcional quando o serviço ou a venda for realizada para pessoa física, explica o Sebrae.

### Como proceder

#### Acesso inicial

- O MEI deve entrar no endereço [www.nfse.gov.br/EmissorNacional](http://www.nfse.gov.br/EmissorNacional).
- Há 3 opções de login: acesso com usuário e senha (via cadastramento de informações pelo portal), certificado digital e conta Gov.br (com selos prata ou ouro).
- É preciso cadastrar os dados da atividade econômica e as informações da empresa para emissão de NFS-e.
- Acesse a opção de "configurações" na página inicial e preencher os campos com e-mail e telefone que serão utilizados na geração da NFS-e.
- No campo "Valor Aproximado dos Tributos", selecione a terceira opção: "Não informar nenhum valor estimado para os tributos".
- Depois disso, já será possível emitir uma nota fiscal.

### Depois de se cadastrar, é hora de emitir a primeira nota fiscal:

- Clique no ícone que representa uma nota fiscal no canto superior direito da página inicial do portal. Depois, selecione se deseja utilizar a “Emissão Completa” ou a “Emissão Simplificada”. A segunda é disponível apenas para quem é MEI.
- Ao escolher a “Emissão Simplificada”, é necessário preencher os dados solicitados (CPF/CNPJ do cliente e valor do serviço prestado).
- Só é possível utilizar os serviços previamente cadastrados em “Serviços Favoritos” para efetuar a emissão da NFS-e.
- Já a opção “Emissão Completa” é obrigatória para alguns tipos de prestação de serviço, como exportação e serviços cujo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é devido no local do tomador. O MEI não deve selecionar o box “Informar série e número da DPS”, que é opcional. O número da inscrição já virá preenchido após a seleção do município, assim como todos os dados do CNPJ. Nesse caso, o preenchimento da descrição do serviço e do valor é obrigatório.
- Na “Emissão Completa”, o MEI pode escolher um serviço mesmo que não esteja cadastrado nos favoritos.
- Independentemente de qual opção escolher, antes de emitir a NF, revise todas as informações preenchidas.
- Clique em "Emitir NFS-e" no canto direito inferior da página e pronto! Agora é só salvar o documento.

O acesso ao sistema também está disponível neste link ou pelo aplicativo NFSe Mobile (disponível para Android e iOS). O Sebrae orienta como acessar o novo sistema e emitir as notas aqui.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 01/09/2023

## LULA VOLTA A CRITICAR CAMPOS NETO E AFIRMA QUE VAI 'CONTINUAR BRIGANDO' PELA REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS

Presidente ainda pontuou que com a autonomia do banco, "não tem mais interferência da presidência da República"

Por *Alice Cravo — Brasília*



**O dirigente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Jorge William/O Globo e Domingos Peixoto/O Globo**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar a taxa de juros nesta sexta-feira. Durante evento no Ceará para celebrações de programas de microcrédito urbano e rural do Banco do Nordeste, Lula afirmou que vai "continuar brigando" pela redução da taxa.

— Nós temos que ter dinheiro para investir, e dinheiro para ser investido a juros baratos. Por isso que o cidadão do Banco Central precisa saber que ele é presidente do Banco Central do Brasil, e não de um país que não seja o Brasil, e que precisa abaixar os juros. Não é possível, como o empresário vai investir, fazer fábrica, um investimento qualquer se vai pegar juros muito alto? Vamos continuar brigando.

Na mesma declaração, Lula ainda falou sobre a autonomia do Banco Central e que, por isso, não "tem mais interferência da presidência da República". O presidente afirmou que não conversa com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e que "esse cidadão" "deve conversar com quem o indicou", em referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

— É importante vocês saberem: o presidente do BC não foi indicado por nós, foi indicado pelo governo anterior. E o BC agora é autônomo, não tem mais interferência da presidência da República

que podia chamar o presidente do BC e conversar. Esse cidadão, se conversa com alguém, não é comigo. Deve conversar com quem o indiciou. E quem o indicou não fez coisas boas nesse país. A sociedade brasileira vai descobrir com o tempo.

Lula critica a alta taxa de juros desde o início do seu mandato. Após a reunião de agosto do Copom, que reduziu a taxa Selic em 0,50 ponto porcentual — de 13,75% para 13,25% ao ano —, Lula tinha reduzido a temperatura das críticas a Campos Neto.

No começo do seu discurso, Lula afirmou que, apesar da redução, ainda achava que a taxa estava elevada.

— E não pense que eu acho que o juros está baixo, o juros ainda está alto. Porque 2,16 ao mês é muita coisa. Eu acho que precisamos abaixar ainda. Obviamente que nós também não queremos quebrar o banco, porque tem que dar um lucro, se quebrar vai ser muito pior para nós, porque além de ficar me devendo nós não temos o banco para emprestar.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/09/2023**

## BRASIL FICA EM 5º LUGAR NO RANKING GLOBAL, COM RESULTADO DO PIB NO 1º TRIMESTRE

País fica à frente da China e do México. Japão lidera lista, seguido por Eslovênia e Taiwan  
**O Globo**



**Produção de petróleo puxou o resultado da indústria brasileira no primeiro trimestre — Foto: Fábio Guimarães/foto de arquivo**

Nota da redação: uma primeira versão desta matéria dizia que o Brasil havia caído para a 9ª posição no ranking global de PIBs, conforme informado inicialmente pela agência de classificação de risco Austin Rating. A consultoria retificou os dados.

Com o crescimento de 0,9% do PIB do Brasil no segundo trimestre, a economia brasileira se manteve no quinto lugar no ranking global, repetindo o feito do primeiro trimestre. O levantamento foi feito pela agência de classificação de risco Austin Rating.

O ranking do segundo trimestre traz os dados de 46 países que já divulgaram o desempenho de suas economias. Índia, por exemplo, ainda não divulgou.

A lista é liderada pelo Japão. O Brasil está empatado com a Romênia, mas à frente de China, México e Indonésia, que ficaram empatados na sexta posição, com avanço de 0,8%.

### Veja os 10 países que mais cresceram

1. Japão 1,5%
2. Eslovênia e Taiwan 1,4%
3. Costa Rica e Turquia 1,3%
4. Malásia 1%
5. Brasil e Romênia 0,9%
6. China, México e Indonésia 0,8%
7. Israel e Lituânia 0,7%
8. Estados Unidos, Finlândia e Coreia do Sul 0,6%
9. Islândia e França 0,5%
10. Bulgária, Eslováquia e Espanha 0,4%

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/09/2023**



## PACHECO REÚNE 19 GOVERNADORES NO SENADO E DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ APROVADA EM OUTUBRO, MAS 'SEM AÇODAMENTO'

Proposta está em tramitação na Casa, após ter sido aprovada na Câmara dos Deputados  
*Por Geralda Doca*



*Votação da MP dos Ministérios no Senado Federal, com Rodrigo Pacheco e Jaques Wagner — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

Ao abrir a sessão do plenário para discutir a Reforma Tributária com governadores, nesta terça-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a proposta será discutida de forma ampla, sem açodamento. Ele mantém a aprovação da matéria em outubro e informou que todo o mês de setembro serão realizadas audiências com prefeitos e vários setores da sociedade.

- Nada será aprovado de forma açodada - afirmou Pacheco.

Entre governadores e vice-governadores, 19 compareceram. Não vieram governadores dos estados do Acre, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte. De forma geral, todos enviaram representantes.

O secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, iniciou a fala, reiterando que o Conselho Federativo a ser criado pela reforma para gerir o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que unifica ICMS e ISS, será um órgão técnico, sem poder para tomar decisões políticas e sem qualquer participação da União.

- O Conselho apenas rodará o algoritmo, não tem autonomia para dizer quanto irá para cada estado - disse Appy.

O secretário também destacou que a distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, será uma decisão política e que o foco deverá ser o de combater as desigualdades regionais. Esses dois pontos da reforma enfrentam divergências entre os governadores.

Os primeiros governadores a discursarem, como de Alagoas, Paulo Dantas, do Amapá, Clécio Luís, do Piauí, Rafael Fonteles e Wilson Lima, do Amazonas, pediram ao Senado para incluir no texto da reforma regras detalhadas sobre o Conselho Federativo, alegando que por lei complementar, como pretende o governo federal, os estados perderão autonomia.

- Se nós deixarmos as regras do Conselho serem decididas por lei complementar, os estados perderão autonomia. Se deixarmos para lei complementar, nós perderemos o controle. Se temos ajustes a fazer, essa Casa é que a melhor fará, preservando o pacto federativo - disse o governador do Amapá.

Os governadores querem ainda elevar de R\$ 40 bilhões para R\$ 75 bilhões, a verba do fundo que o governo federal pretende aportar para compensar eventuais perdas com o fim da guerra fiscal. Eles defendem ainda reduzir o prazo de transição de 50 anos para 26 anos para implementação total da tributação na origem para o destino.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 01/09/2023*

### CAUSA DO APAGÃO FOI FALHA EM EQUIPAMENTOS E NÃO TEM RELAÇÃO GERAÇÃO DE ENERGIA, DIZ ONS

Diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, participa de audiência na Câmara nesta terça-feira

Por Manoel Ventura — Brasília



**Linhas de transmissão de energia em Brasília — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo**

O atraso no tempo de resposta de equipamentos causou o apagão nacional do último dia 15, disse nesta terça-feira o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi.

Segundo Ciochi, relatórios preliminares demonstram que o tempo de entrada em ação dos aparelhos — que deveria ser de 15 a 20 milissegundos — foi na faixa de 50 a 80 milissegundos, o que teria provocado uma "série de outros pequenos eventos" que, na prática, levaram a uma desconexão do sistema integrado.

Com exceção de Roraima, todas as unidades da federação foram atingidas pelo apagão que desligou um terço das unidades consumidoras do país. O apagão atingiu 25 dos 26 estados e o Distrito Federal.

— A grande pista que foi discutida com técnicos, engenheiros e professores do setor é que aí está a causa de uma série de outros pequenos eventos que levaram à desconexão — disse ele em audiência na Câmara dos Deputados.

O ONS não informou que equipamentos e de quais usinas falharam.

#### Impacto em quase todo o país

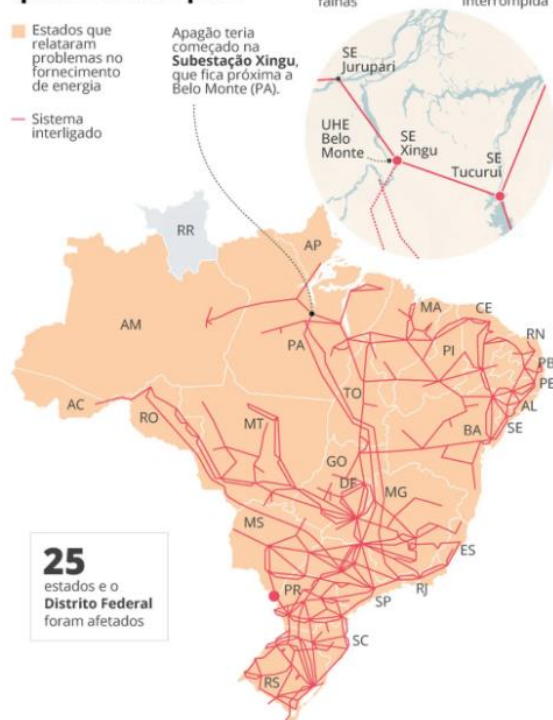
Estados que relataram problemas no fornecimento de energia

Sistema interligado

Apagão teria começado na Subestação Xingu, que fica próxima a Belo Monte (PA).

Subestações onde houveram falhas

Linhas com transmissão interrompida



**25** estados e o Distrito Federal foram afetados

#### Mapa mostra impacto no país de apagão nacional — Foto: Editoria de arte

Segundo o executivo, o que ocorreu foi que, quando entraram em funcionamento, os equipamentos não apresentaram o desempenho exigido. Os problemas começaram às 8h30 do dia 15 deste mês e o sistema nacional de energia foi 100% restabelecido às 14h49. Foram, portanto, seis horas de intercorrência no sistema.

O diretor disse também que não há como atribuir culpa pelo apagão a fontes de geração de energia ou a agentes do setor elétrico.

#### O momento do apagão

Ocorrência interrompeu 18,9 mil megawatts em todas as regiões do país



*Infográfico sobre o momento do  
apagão de 15/08/2023 — Foto: Editoria de Arte*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou que o suprimento de energia está garantido:

— Com R\$ 60 bilhões investidos em transmissão vamos garantir estabilidade na ligação Norte-Nordeste.

*Fonte: O Globo - RJ  
Data: 01/09/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **MONOTRILHO ATÉ CONGONHAS: OBRAS SERÃO RETOMADAS; VEJA NOVA PREVISÃO DE ENTREGA**

Governo do Estado assinou contrato com uma nova construtora; 80% dos trabalhos estão concluídos  
*Por Redação*

As obras de construção da Linha 17-Ouro do metrô de São Paulo, que estavam suspensas após o governo rescindir o contrato com o Consórcio Monotrilho Ouro (CMO), serão retomadas. Na quinta-feira, 31 de agosto, o Estado assinou contrato com uma nova construtora, que será responsável por retomar os serviços. Agora, a previsão é de que as obras sejam concluídas no segundo trimestre de 2025, e a linha entre em operação no ano seguinte.

Os trabalhos serão concluídos pela Agis Construção S.A. A ordem de serviço será assinada no próximo dia 11, e a partir daí a empresa terá 30 dias para retomar as obras, que estão 80% concluídas. A previsão é de que sejam necessários mais 18 meses para a entrega em definitivo.



**Obras da Linha 17-Ouro do Monotrilho na altura da estação Vila Cordeiro; construção se arrasta desde 2011**  
*Foto: FELIPE RAU/ESTADÃO*

“A retomada das obras é um anúncio importante, mas exige sobriedade. Não é momento para qualquer celebração porque a sociedade aguarda esta entrega há uma década”, reconheceu Júlio Castiglioni, presidente do Metrô. “O conturbado histórico desta obra da Linha 17 exige mais trabalho e menos palavras.”

O acordo com o Consórcio CMO havia sido rescindido de forma unilateral pelo Metrô por descumprimentos contratuais na execução dos trabalhos e no atendimento ao cronograma de obras. Apesar disso, o governo do Estado manteve ativo o contrato de fabricação dos trens, que estão sendo feitos na China.

A construção da Linha 17 se arrasta desde 2011. Nos primeiros oito anos, foram construídas parte das estações e da via elevada, mas atrasos nas execuções causaram rompimentos dos acordos com as empresas responsáveis.

Uma nova leva de licitações foi realizada em 2020, momento em que o governo definiu a empresa para a fabricação dos trens e sistemas - que segue em execução - e que deu ao CMO o contrato para concluir sete das oito estações da Linha 17, além do Pátio Água Espreada e da via elevada. Esse acordo, porém, foi rompido em maio. O Metrô ainda multou o consórcio em R\$ 118 milhões.



A Linha 17-Ouro ligará o Aeroporto de Congonhas à estação Morumbi, da Linha 9-Esmeralda da CPTM, e deveria estar em operação desde 2014. Ela seria um legado da Copa do Mundo no Brasil. A linha é vista como importante por interligar de forma direta o aeroporto à rede de transporte, além de atender a um trecho populoso da zona sul da cidade. Paraisópolis, onde a linha deve passar, é a segunda maior comunidade da capital.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 01/09/2023**

## TREM EXPRESSO ATÉ O AEROPORTO DE GUARULHOS GANHA NOVA PARADA; VEJA COMO VAI FUNCIONAR

Operação a partir da Estação Palmeiras-Barra Funda, da CPTM, começou nesta sexta-feira, 1º  
**Por Renata Okumura**

O Expresso Aeroporto começou a operar nesta sexta-feira, 1º, a partir da Estação Palmeiras-Barra Funda, de acordo com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Desta forma, o terminal rodoviário na zona oeste de São Paulo vai ser mais um ponto de parada da linha de trem para o Aeroporto Internacional de Guarulhos, na região metropolitana.

O serviço Expresso Aeroporto faz parte da Linha 13-Jade da CPTM, que liga as estações Engenheiro Goulart e Aeroporto-Guarulhos. No caso do Expresso Aeroporto, que até então, partia da Estação Luz, no centro da cidade, com parada na Estação Guarulhos-Cecap, com destino final na Estação Aeroporto-Guarulhos, seu ponto inicial agora é feito a partir da plataforma 10 da Estação Palmeiras-Barra Funda. Na volta, a Estação Brás também está incluída no percurso.



**Benedicto/Estadão**

Na manhã de quinta-feira, 31, o secretário de Transportes Metropolitanos, Marco Antonio Assalve, e o presidente da CPTM, Pedro Moro, participaram da primeira viagem.

**Plataforma de embarque que passou a atender os usuários até o aeroporto de Guarulhos partindo da estação Palmeiras-Barra Funda. Na quinta-feira, autoridades realizaram a primeira viagem. Serviço começou a funcionar nesta sexta-feira. Foto: Taba**

O início da operação do Expresso Aeroporto para a população ocorreu nesta sexta-feira, no novo ponto de partida, com os trens fazendo paradas nas estações da Luz e Guarulhos-Cecap. Reforçando que na volta, a Estação Brás também está dentro do trajeto.

A Estação Aeroporto-Guarulhos fica a aproximadamente 2,5 quilômetros dos terminais de embarque e desembarque do aeroporto. O mais distante é o Terminal 3. O acesso até os terminais permanece da mesma forma, sendo feito por uma linha circular de ônibus que leva cerca de 10 minutos.

O preço da tarifa do Expresso Aeroporto é R\$ 4,40, semelhante ao das demais linhas da rede. O serviço continua funcionando de hora em hora, com partidas em horários cheios entre 5h e 0h das estações Palmeiras-Barra Funda e Aeroporto-Guarulhos.

**O Expresso Aeroporto começou a operar nesta sexta-feira, 1º, a partir da Estação Palmeiras-Barra Funda. Na quinta-feira, autoridades realizam a primeira viagem. Foto: Taba Benedicto/Estadão**





### PRÓXIMA PARADA

Trem expresso até o Aeroporto de Guarulhos ganha nova estação de embarque, veja como vai funcionar



\*NA VOLTA, A ESTAÇÃO BRÁS TAMBÉM ESTÁ INCLuíDA NO PERCURSO.

Fonte: CPTM

ESTADÃO #F

### Expansão da Plataforma 5 da Estação da Luz

Na quinta-feira, também foi feita a entrega das obras de reforma da Plataforma 5 da Estação da Luz para os trens do Expresso Aeroporto, oferecendo mais conforto aos passageiros, segundo a CPTM.

Até então, a plataforma comportava apenas metade dos carros dos trens. Desta forma, ao entrar na composição, os passageiros precisavam andar dentro do trem para conseguirem se acomodar melhor.

“Com investimento de R\$ 9 milhões, as obras consistiram em adequar o local para permitir que a plataforma atenda todos os carros da composição, facilitando os deslocamentos dos passageiros, que antes precisavam se deslocar por dentro do veículo”, acrescentou a CPTM.

### Aeromóvel

No ano que vem, ainda de acordo com a companhia, quem utiliza o Expresso Aeroporto terá um novo benefício, também a partir da Estação Aeroporto-Guarulhos: o Aeromóvel.

“Os trens sairão da estação da CPTM e, gratuitamente, levarão passageiros e funcionários do aeroporto aos três terminais, substituindo o uso dos ônibus que realizam o trajeto, também de forma gratuita, com intervalos de 15 minutos”, afirma a companhia.

O Aeromóvel, que está sendo construído pela concessionária GRU Airport, iniciará suas operações em 2024.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/09/2023

### PETROBRAS VENDE REFINARIA, NÃO ENTREGA E PODE SER ACIONADA NA JUSTIÇA POR COMPRADOR

Estatual vendeu a Lubnor, no Ceará, no ano passado, mas arrisca não entregar o ativo antes do prazo final, em novembro

Por Carlos Eduardo Valim

A Petrobras adiou por duas vezes a entrega de uma refinaria no Ceará vendida por US\$ 34 milhões (R\$ 167,3 milhões) no ano passado para um grupo especializado em asfaltos. Caso não seja resolvido nos próximos dias, o caso pode originar um processo de arbitragem.

A transferência para o grupo cearense Grepar da Refinaria de Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), por meio de um processo conhecido como “dropdown”, estava prevista inicialmente para ocorrer em 1º de agosto. A data foi transferida depois para 1º de setembro e, agora, para 1º de outubro.



Com esses atrasos, a compradora aguarda uma sinalização firme, até 10 de setembro, de que a estatal cumprirá o novo prazo ou fazer uma proposta alternativa. Caso isso não aconteça, deve entrar com um processo.

**Lubnor é o quarto ativo a ter contrato de venda assinado pela Petrobras** Foto: Adriano Machado/ Reuters



A preocupação está no prazo para a transferência do ativo, que está chegando ao fim. Por contrato, a transferência dos ativos precisa ser finalizada até 25 de novembro, ou será desfeita, e o primeiro pagamento feito pela Grepar, devolvido. Segundo pessoas familiarizadas com o negócio, o início da entrega precisa acontecer até outubro para que seja concretizada no prazo.

A estimativa é que o “dropdown”, a transferência completa, pode demorar em torno de três semanas após iniciado. Mas a estatal alega que não pode concretizar a negociação da Lubnor enquanto não forem solucionadas questões de posse do terreno, o qual inclui áreas da União e da Prefeitura de Fortaleza. O contrato vinculante não permite a nenhuma das empresas desistir da transação.

O objetivo da arbitragem, que pode ser pedida pela Grepar, seria evitar a judicialização a posteriori e buscar uma solução amigável antes que o “dropdown” fique inviável de ser cumprido até 25 de novembro.

Para evitar a arbitragem, a Petrobras tem três opções: entregar o ativo, conforme o definido no contrato firmado em maio de 2022; propor um modelo de arrendamento da Lubnor; ou fazer o ressarcimento completo de todos os gastos com o processo de compra feito pela Grepar.

Em junho, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a venda da Lubnor. Depois disso, a Grepar pagou a primeira parcela, depositando 10% dos US\$ 34 milhões acordados pela compra.

A empresa cearense também investiu previamente cerca de US\$ 10 milhões, incluindo quatro anos de estudos de negócios, consultoria e preparação para operar a refinaria. Ela também planejou, a partir de setembro, a contratação de 50 trabalhadores e estima que o investimento total na operação atingiria US\$ 100 milhões.

O impasse para a entrega da refinaria acontece devido a questões fundiárias, as quais a Petrobras alega estarem atrasando a conclusão do negócio. Segundo a assessoria da estatal, o contrato está assinado, e a transição ocorre normalmente, mesmo depois dos adiamentos.

“A empresa está aguardando a conclusão das condições previstas no contrato”, informa. Mas a Grepar defende que essa questão não seria um impedimento para a estatal já começar a transferir a refinaria.

### **Outorga gratuita**

A Lubnor está localizada em terreno com partes em posse da União e da Prefeitura de Fortaleza. A maior parte foi dada em outorga gratuita à estatal pela Secretaria de Patrimônio da União. Já algumas ruas, que compreendem cerca de 15% do terreno, são da capital cearense. Em dezembro, ainda com a Petrobras sob comando da gestão anterior, a estatal ofereceu proposta pela compra das áreas da prefeitura, que a considerou baixa.

Os valores se aproximaram nos meses seguintes, mas a gestão do prefeito Sarto Nogueira (PDT) alegou que a venda dos seus terrenos só seria feita após a aprovação do negócio pelo Cade. Agora, a Petrobras defende que precisa, antes, concretizar a compra do terreno para, depois, entregar a refinaria.

A Grepar já se dispôs a fazer a compra por conta própria, mas a reportagem apurou que o seu sócio principal, Clóvis Greca, não teve os seus pedidos de reuniões com a gestão de Fortaleza atendidos. A prefeitura não respondeu aos pedidos de esclarecimentos do Estadão.

O governo federal repetidamente demonstrou desinteresse na venda de ativos públicos. No dia 2 de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo após assumir o cargo, determinou a revogação dos processos de privatização de oito empresas, indicadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em 11 de maio, declarou, durante evento: “Não vamos vender mais nada da Petrobras, os Correios não serão vendidos. Vamos tentar fazer com que a Petrobras possa ter a gasolina e óleo diesel mais

baratos". Também ameaçou reverter a privatização da Eletrobras, realizada em meados de 2022. O presidente classificou a venda da estatal como "errático" e "lesa-pátria".

A resistência às vendas de estatais aparece desde o período de transição de governo. Em reunião virtual, em 28 de novembro, o grupo de transição de Minas e Energia fez um apelo ao então presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, para suspender a privatização em curso da Refinaria de Manaus Isaac Sabbá (Reman), que não foi atendido.

### Quebra de contrato

Segundo o presidente da Refina Brasil, associação que reúne as refinarias independentes, Evaristo Pinheiro, as privatizações não podem ser revistas por meio de quebra de contratos, ou o País arrisca mandar uma mensagem preocupante para os investidores. "Respeitamos as decisões de qualquer governo democraticamente eleito de interromper processos de privatização, mas é péssimo que contratos sejam descumpridos, por quem for, a Petrobras, a União ou outros entes, pela filigrana que for", afirma.

A Grepar é uma comercializadora de asfalto focada no mercado nordestino. A Lubnor representa parte ínfima do parque total de refino da Petrobras, mas responde por cerca de 10% da produção de asfaltos do País e 1% do PIB do Ceará. Também poderia ter função estratégica para o grupo privado, além de fornecer insumos para a realização de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3, na região.

"Num momento que o governo lança um programa de R\$ 1,7 trilhão e que depende de mais de 70% de recursos privados, descumprir contratos traria um sinal muito ruim para os investidores", diz Pinheiro.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/09/2023*

## LIRA DIZ QUE GOVERNO NÃO CONSEGUIRÁ ELEVAR IMPOSTOS NO CONGRESSO E DEFENDE REFORMA ADMINISTRATIVA

Segundo o presidente da Câmara, se não for possível aumentar as receitas, a casa vai discutir, primeiro, onde cortar as despesas

*Por Eduardo Laguna e Francisco Carlos de Assis*

São Paulo - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assegurou nesta sexta-feira, 1º, que dificilmente o governo conseguirá aprovar aumento de impostos no Congresso, mesmo que amplie o apoio no Legislativo com a reforma ministerial. "Com ou sem base, o governo dificilmente conseguirá impor aumento de imposto ao Congresso", disse, durante participação no evento Expert, da XP Investimentos.

Num momento em que o Executivo trabalha em medidas para aumentar a arrecadação e eliminar o déficit das contas primárias no ano que vem, o presidente da Câmara prometeu que, se não for possível aumentar as receitas, a casa vai discutir, primeiro, onde cortar as despesas.



Ribeiro/Agência Câmara

Nesse ponto, Lira voltou a defender a reforma administrativa, já votada em comissão especial e pronta, conforme destacou o deputado, para ir ao plenário da Câmara. Ele frisou que a proposta não atinge direitos adquiridos, alcançando apenas aqueles que ingressarem no serviço público federal após a sua aprovação. O presidente da Câmara reconheceu que o governo anterior, apoiado por ele, não teve vontade política para levar a reforma administrativa adiante.

*Segundo Lira, não haverá retrocessos no Congresso das reformas aprovadas nos últimos sete anos Foto: Zeca*

Ao falar da reforma ministerial que está sendo costurada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lira observou que o chefe do Executivo não tem base consistente no Legislativo. Porém, mesmo que Lula consiga ampliar sua base de apoio com a acomodação de partidos do centrão na Esplanada dos Ministérios, o presidente da Câmara deixou claro que não haverá retrocessos no Congresso das reformas aprovadas nos últimos sete anos, como a reforma da Previdência, a autonomia do Banco Central e a privatização da Eletrobras. “Determinados temas não têm adesão no plenário das Casas”, afirmou.

### Sarrafo alto

Segundo Lira, é importante o governo manter o “sarrafo” alto nas metas fiscais e que a casa legislativa está à disposição para um “debate franco” sobre as medidas necessárias para a eliminação do déficit das contas primárias, como previsto no orçamento do ano que vem enviado pelo Executivo ao Congresso.

Por outro lado, o parlamentar adiantou que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a um dispositivo do arcabouço fiscal que impede o governo de retirar da meta “quaisquer despesas” tem muitas chances de ser derrubado. “É prerrogativa do presidente o veto a qualquer matéria legislativa que ele julgue que possa prejudicar o governo, mas também é prerrogativa do Congresso derrubar o veto”, disse.

Ao lembrar da aprovação da PEC da Transição, após a eleição de outubro, o presidente da Câmara pontuou que o Congresso deu a oportunidade para o governo executar um orçamento com previsões de aumento de gastos. A partir de agora, porém, o parlamentar ressaltou a importância de manter o sarrafo alto, ao ser questionado sobre a capacidade do governo de entregar o equilíbrio entre receitas e despesas no ano que vem.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/09/2023*

## ELETOBRAS AVANÇA EM DESLIGAMENTOS DE SEGUNDO PDV, MESMO APÓS MME PEDIR SUSPENSÃO

Nesta sexta-feira, a empresa confirmou o desligamento de 440 empregados, 30% dos inscritos

*Por Luciana Collet - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*



**Segundo PDV já recebeu a adesão de 1.475 empregados Foto: PEDRO KIRILOS / ESTADÃO CONTEÚDO**

Um dia depois de receber um ofício do Ministério de Minas e Energia pedindo novamente a suspensão do Programa de Demissão Voluntária (PDV) da companhia, a Eletrobras deu início na quinta-feira de forma mais abrangente, aos desligamentos de seu segundo PDV, que recebeu a adesão de cerca de 1.475 empregados, disseram fontes ligadas à companhia ao Broadcast Energia. Nesta sexta-feira, a empresa confirmou o desligamento de 353 empregados em 31 de agosto, que se somaram a mais 87 em junho e em julho, totalizando 440 desligamentos, representando 30% dos 1.473 inscritos no plano.

As inscrições para esse PDV foram encerradas em julho, quando foram antecipados 89 desligamentos, segundo informou a companhia durante apresentação nos resultados do segundo trimestre.

Agora, segundo as fontes, a companhia deu início aos desligamentos de forma mais “significativa”, especialmente de funcionários de áreas administrativas e consideradas “não operacionais”, onde ao





longo dos últimos anos a gestão da companhia fez uma otimização de estruturas, como a criação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

### **Desligamentos em manutenção de usinas e linhas devem ser adiados**

A promessa é que os desligamentos de áreas consideradas “mais sensíveis”, relacionadas à operação e manutenção de usinas e linhas de transmissão, ocorram apenas a partir do ano que vem, dando tempo para que novos profissionais contratados ou em fase de contratação sejam devidamente treinados. A empresa anunciou, no início de julho, que iria contratar 369 profissionais nas subsidiárias Eletrobras CGT Eletrosul (139), Furnas (73) e Chesf (157) para áreas operacionais - de manutenção e operação.

A empresa se comprometeu a realizar as demissões levando em conta a estrutura, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a dinâmica do quadro de pessoal e o compromisso com a segurança das pessoas e operações. Essas preocupações já levaram a empresa a anunciar a postergação do cronograma de saídas do 1º PDV, lançado no ano passado e que recebeu a adesão de aproximadamente 2,5 mil funcionários. A curva de desligamentos foi suavizada em relação ao planejamento diante do registro de atos de vandalismo no início do ano em diversas linhas de transmissão do País, algumas das quais são ativos da Eletrobras. Os desligamentos estavam inicialmente previstos para serem concluídos em maio passado, o que só deve ocorrer no fim deste ano. A maior parte, no entanto, já foi feita.

### **Ministério de Minas e Energia se preocupa com manutenção após apagão**

A preocupação com a manutenção de um serviço adequado foi o motivo apontado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para solicitar que a Eletrobras suspendesse o PDV. A companhia responde por quase 40% do sistema de transmissão nacional, por isso a pasta destacava que a correta operação das linhas da empresa é “primordial para a confiabilidade do suprimento de energia elétrica” no País. A pasta pedia a suspensão dos PDVs enquanto pudesse examinar o plano de ação da companhia para garantir a continuidade do serviço e o plano de investimentos para os próximos anos, considerando a redução da força de trabalho da empresa.

No ofício encaminhado na última quarta-feira, o MME disse que não tinha recebido os planos solicitados anteriormente. Também fez referência ao apagão registrado no último dia 15, que teria como “evento originário”, ou “evento zero”, uma ocorrência em linha operada pela Chesf, subsidiária da Eletrobras. A conexão feita entre o PDV e o apagão pelo MME desagradou a administração da Eletrobras, informaram fontes, tendo em vista que, embora o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tenha indicado, em análise preliminar, o desligamento da linha da Chesf como “evento zero”, também já apontou que a ocorrência, por si só, não causaria o impacto registrado - com a interrupção de cerca de um terço da energia que estava sendo fornecida ao País.

Na sexta-feira da semana passada, o Operador informou que aparelhos reguladores de tensão de usinas geradoras instaladas em área próxima da linha não atuaram conforme o esperado, ampliando os efeitos da perturbação no sistema.

### **Meta da empresa é reduzir quadro a 7,2 mil funcionários**

A Eletrobras planeja chegar ao fim de 2023 com um quadro de funcionários de 7.727 funcionários, ante o quadro de 8.438 profissionais que mantinha ao fim de junho. A meta é chegar a 7.250 empregados ao fim de dezembro de 2024. Segundo a empresa, a economia anual esperada com o primeiro PDV é da ordem de R\$ 1,2 bilhão, enquanto o segundo PDV deve proporcionar economia de R\$ 688 milhões por ano.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/09/2023*

## **O QUE AS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO ESTÃO FAZENDO PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE POLUENTES**

Medidas envolvem uso de biocombustíveis e soluções para melhorar a eficiência dos navios

*Por Elisa Calmon e Luiz Araújo*

São Paulo e Brasília - No caminho da descarbonização, o setor de navegação tem adotado uma série de medidas e inovações para reduzir as emissões. As iniciativas vão além da atualização tecnológica de motores e de novos combustíveis. Incluem estratégias alternativas, como auxílio de inteligência artificial, gestão de cargas e terminais mais modernos e eficientes.

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), que reúne 19 armadores de atuação global, destaca que há um esforço conjunto que aponta para o compromisso dos armadores com o meio ambiente. Para o Centronave, as iniciativas deverão ajudar a atender à meta estipulada pela Organização Marítima Internacional (IMO) de reduzir emissões de CO<sub>2</sub> em 30% até 2030.

“Já existem navios saindo dos estaleiros movidos a metanol, hidrogênio, amônia e gás [GLP]. Um de nossos associados, por exemplo, está construindo 12 navios [o primeiro a ser entregue em 2025] exclusivamente movido a metanol.” afirma Claudio Loureiro de Souza, diretor executivo do Centronave.

Os maiores armadores do mundo, como a One, Hapag-Lloyd, MSC e Maersk, investem em soluções como a modernização da frota atual, o uso de sistemas de navegação inteligente, armazéns de logística de baixa emissão, calculadoras de carbono, utilização de “robô aspirador subaquático”, novos propulsores mais econômicos e tecnologias em combustíveis alternativos menos poluentes.

### Inovações

Entre as inovações observadas, a MSC passou a utilizar o “robô aspirador subaquático” para limpar os cascos com frequência, o que ajuda a diminuir em até 20% as emissões de CO<sub>2</sub> de seus navios porta-contêineres. Ao manter os cascos das embarcações limpos, os motores operam em menor carga e economizam combustível.

Com a entrada em operação de novas embarcações, desde 2019, como o M/V MSC Gülsün, a empresa também vem estabelecendo novas referências para o transporte sustentável de contêineres, com baixa pegada de emissão de carbono para mover uma tonelada de carga por milha náutica.

Com cerca de 400 metros de comprimento e mais de 60 metros de largura, a embarcação tem capacidade de 23.756 TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Isso significa emitir menos CO<sub>2</sub> por contêiner transportado, ajudando as empresas que movimentam mercadorias a reduzir a pegada de carbono de suas cadeias de suprimentos. Nesse caso, a engenharia projetou um formato de navio para melhorar a eficiência energética, reduzindo a resistência ao vento e resultando em menor consumo de combustível.



**MSC tem buscado opções para melhorar eficiência dos navios Foto: Divulgação / CGU**

Na companhia japonesa One, a aposta são os biocombustíveis. Os testes vêm sendo realizados em parceria com a Mitsui O.S.K. Lines, e com a empresa pioneira e líder mundial em biocombustíveis sustentáveis, a GoodFuels. Os biocombustíveis sustentáveis não emitem óxido de enxofre e proporcionam uma redução de 80% a 90% das emissões de CO<sub>2</sub> em relação aos combustíveis fósseis. Além disso, não requerem modificações nos motores ou infraestrutura dos navios atuais.

A empresa também recebeu em junho o primeiro One Innovation, um navio com capacidade para até 24.136 TEUs. A embarcação ajudará a reduzir as emissões de carbono por meio de um projeto de casco de última geração que visa maximizar a entrada de carga e minimizar o consumo de combustível.



O navio é equipado com um para-brisa de proa, um dispositivo de economia de energia e um sistema de limpeza de gases de escape para atender às normas de emissão. Ele também é o primeiro dos seis novos navios Megamax que se juntarão à frota principal da One. “Esse navio recém-construído nos ajudará a pavimentar o caminho para o desenvolvimento sustentável da logística global”, disse Yu Kurimoto, diretor administrativo da One, na época do recebimento da embarcação.

A dinamarquesa Maersk também tem testado biocombustíveis em sua frota. A armadora está criando uma estrutura avançada para o uso de metanol verde (produzido com madeira ou resíduos agrícolas, como a cana-de-açúcar) como combustível naval. Para aumentar a capacidade de produção mundial de metanol verde, a Maersk recentemente firmou parcerias estratégicas com seis empresas líderes, com a intenção de fornecer pelo menos 730 mil toneladas/ano até o final de 2025.

Com isso, alcançará a necessidade de metanol para o abastecimento dos primeiros 12 navios de contêineres verdes já encomendados. A empresa também anunciou a construção na Dinamarca do seu primeiro “armazém de logística verde” com baixa emissão de gases de efeito estufa.

A alemã Hapag-Lloyd também lançou o produto Ship Green, uma solução para transportes baseada em biocombustíveis para reduzir emissões de CO<sub>2</sub>. Os clientes podem escolher entre três opções diferentes, que representam diferentes níveis de prevenção das emissões de dióxido de carbono equivalente: 100%, 50% ou 25%.

Ao oferecer o Ship Green, a Hapag-Lloyd continua no caminho para alcançar operações de frota neutras para o clima até 2045. A multinacional vem testando biocombustíveis avançados desde 2020 e oferece uma solução de transporte com redução de carbono utilizando misturas de biocombustíveis em vez do tradicional óleo combustível marinho fóssil (MFO).

Indústria tem hoje mais de 104 mil navios em operação

Indústria tem hoje mais de 104 mil navios em operação Foto: Fabian Bimmer/Reuters

O consultor da Porto Assessoria Nelson Carlini, ex-presidente da CMA CGM, diz que quase todas as empresas de navegação estão nesse movimento de descarbonização. Mas ele destaca que esse não é um processo rápido, sobretudo se levar em consideração o tamanho da frota global, de 104 mil navios comerciais em operação.

“As empresas estão em busca de novos combustíveis sustentáveis para substituir os tradicionais, mas também estão procurando adotar medidas que ajudem a melhorar a performance dos navios sem emitir muito”, diz ele. Há algum tempo, completa o consultor, as empresas fazem o controle de esgoto das embarcações para não poluir o mar. “Os navios são bem controlados e vigiados. Os programas têm sido constantes.”

Hoje transporte oceânico contribui com cerca de 3% das emissões de gases de efeito estufa da humanidade. Embora esse número possa não parecer muito, se o setor de transporte marítimo fosse um país, seria a Alemanha, e estaria entre os 10 principais poluidores. /COLABOROU RENÉE PEREIRA

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/09/2023*

## **MARCO TEMPORAL PODE AFETAR RELAÇÕES COMERCIAIS DE INDÍGENAS COM EMPRESAS, AFIRMAM ESPECIALISTAS**

Legislação brasileira determina que companhias precisam garantir escuta qualificada de cada povo ao buscar questões comerciais; entidades temem que conflitos se tornem regra

Por Luis Filipe Santos

Projetos que visam estabelecer relações comerciais entre empresas e povos indígenas podem ser impactados pela aprovação do marco temporal, que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

Quando desenvolvem projetos próprios para gerar renda, esses povos em muitos casos precisam buscar apoio no mercado para o desenho de propostas, validação do projeto, implementação, monitoramento e, ao fim, avaliação das iniciativas.

No Brasil, a construção de uma relação comercial saudável e positiva de empresas e ONGs com os povos indígenas precisa seguir as exigências da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Lei 13.123/2015, para que se busque consentimento prévio para os projetos.

O Brasil é signatário da convenção 169 da OIT, que trata dos direitos de povos indígenas. Entre eles, estão a autonomia e o controle de suas próprias instituições, das formas de vida e do desenvolvimento econômico, da propriedade sobre a terra e os recursos naturais.

Já a lei 13.123/2015 garante que os povos originários e comunidades tradicionais sejam remunerados caso seus conhecimentos sobre o patrimônio genético sejam utilizados, além da repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Também exige a realização de consultas prévias para consentimento.

Entidades públicas como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério Público podem acompanhar os projetos para garantir que tudo atenda aos critérios legislativos.

Segundo o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), é fundamental observar se a relação comercial proposta não será um fator de desagregação, se os benefícios serão coletivos ou se a forma de sua partilha irá afrontar a organização social, política ou econômica daquela sociedade.



**Indígenas tem marcado presença para o julgamento do Marco Temporal dentro e fora do STF Foto: Wilton Junior / Estadão**

A pasta diz que os projetos devem vir das demandas dos próprios indígenas, para respeitar sua autodeterminação sobre as formas de etnodesenvolvimento. O órgão lembra ser preciso evitar o estabelecimento de relações baseadas em premissas coloniais, pressupondo-se que os conhecimentos ocidentais modernos têm maior valor que os saberes ancestrais.

### Os efeitos do marco temporal

Segundo especialistas, o marco temporal pode prejudicar a construção dessas relações, ao fazer com que os conflitos se tornem a regra. Ao Estadão, o MPI avalia ser necessário acabar com a permissividade em relação às violências e mortes contra pessoas povos indígenas.

Se aprovada, a tese pode causar ainda mais insegurança jurídica, ao prejudicar o direito de posse de locais que já foram reconhecidos ou estão em processo de reconhecimento. “(A aprovação) Pode incentivar ações de grilagem e violência, além de prejudicar os direitos conquistados dos povos indígenas brasileiros”, avalia Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), organização com experiência nos contatos com comunidades indígenas.

A aprovação poderia até mesmo prejudicar o Brasil em negociações internacionais, segundo Luciana Sonck, sócia-fundadora da consultoria Tewá 225, também especializada no contato com povos.

Segundo ela, o País liberaria terras para a agricultura, sendo que há terras já disponíveis que não são plenamente utilizadas, e menospreza outras formas de fazer com que a floresta em pé seja rentável, como o mercado de carbono. “O Brasil está Tateando esse mercado e pode perdê-lo, além dos bens da floresta. Pode ser um tiro no pé não apostar na bioeconomia”, comenta.





Ela destaca que a aprovação ou rejeição da tese pode significar muito para o País que o Brasil quer ser. “Não será importante apenas para determinar a demarcação de terras, mas também é sobre modelo de desenvolvimento. Se quer entrar num mercado que dependa da floresta em pé ou se vai sustentar e dar tração ao modelo destrutivo que já tem”, conclui.

### **As diretrizes para as relações comerciais**

O primeiro ponto para uma empresa que visa estabelecer relações comerciais com povos indígenas é conhecer a cultura específica com a qual se planeja estabelecer laços. O Brasil tem 305 etnias e 274 línguas indígenas, segundo o IBGE. Assim, buscar aprovação para comércio ou outros tipos de projetos envolve conhecer o idioma para poder comunicar do que se trata o projeto.

Virgilio Viana, da Fundação Amazônia Sustentável, cita como exemplo um projeto realizado durante a pandemia de covid-19. “Desenvolvemos um programa para capacitar agentes indígenas de saúde. E para isso, tivemos que traduzir o manual para a língua Baniwa”, menciona.

Para construir os projetos, ir até às comunidades é fundamental, em vez de só conversar com poucos indivíduos e permitir que a decisão final seja tomada em salas ocupadas por executivos.

“Ganha-se tempo e qualidade nas negociações quando os encontros acontecem na própria comunidade, onde os moradores se sentem mais à vontade para expressar francamente seus interesses e demandas”, avalia Luiz Brasi, coordenador da Rede Origens Brasil no Imaflora, organização que visa estimular a bioeconomia na Amazônia.

Ao mesmo tempo, é preciso que, para haver consentimento verdadeiro, a possibilidade da rejeição precisa também existir. É necessário construir mecanismos para garantir a participação de toda a comunidade, principalmente mulheres e jovens.

“Os povos indígenas são muito assediados, em negociações de microescala. Sem consentimento geral, podem ficar vulneráveis à manipulação por interesses que não condizem com a preservação da floresta ou mesmo do próprio povo”, comenta Luciana Sonck, da Tewá 225. Segundo ela, muitas vezes são ouvidas apenas duas ou três lideranças, e a questão é então levada para as empresas.

Outro ponto é que o tempo das comunidades e da floresta não é o mesmo das empresas. Podem ser necessárias várias consultas ao longo de meses ou anos para que a comunidade considere que uma decisão pode ser tomada, e é necessário respeitar esse período. Da mesma forma, a produção de itens da bioeconomia não funciona no mesmo ritmo que monoculturas, podendo ocorrer grandes variações de um ano para outro, assim como no período em que as safras ocorrem.

Outros benefícios que podem vir a ser gerados são o engajamento de jovens na comunidade, a manutenção de práticas tradicionais de manejo e a visibilidade para os povos. Também podem expandir o conhecimento das comunidades sobre práticas comerciais contemporâneas e assim aumentar seu poder de barganha em outras negociações futuras.

### **O que é o marco temporal**

A tese do marco temporal prevê que os povos poderão reivindicar como suas apenas as terras que ocupavam na data da promulgação da atual Constituição (5 de outubro de 1988), o que é defendido principalmente por entidades do agronegócio. Os indígenas argumentam que o marco desconsidera que podem ter sido expulsos dos locais que ocupavam antes desse dia.

Nos últimos anos, crimes como garimpo ilegal e grilagem de terras indígenas cresceram, levando a crises humanitárias como a que atingiu os Yanomami. O temor de quem é contrário à tese do marco temporal é que a situação se agrave ainda mais, acabando com demarcações de terras já realizadas ou com processo em andamento, e colocando comunidades e povos em risco.

Segundo o MPI, o marco reduz sensivelmente e até inviabiliza o exercício da posse plena dos territórios indígenas por parte de seus povos, o que impediria que eles realizassem o usufruto e a gestão dos territórios.

“O marco temporal abre espaço para que outros interesses, sobretudo econômicos, orientem o uso e a gestão de terras indígenas, favorecendo atores não-índigenas que visam explorar essas áreas para aferição de lucro em benefício de pequenos grupos de setores privados. Isso confronta a autonomia e a autodeterminação indígena. Os povos originários perderiam o direito de ser ouvidos, consultados e respeitados em suas decisões sobre a gestão de seus territórios”, afirmou a pasta.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 01/09/2023

ECONÔMICO  
**Valor**

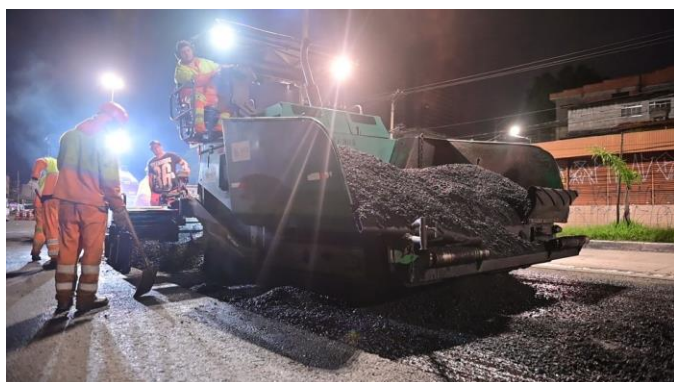
Informação que vira dinheiro.

### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### TRIBUNAL DE CONTAS APONTA FALHAS EM SERVIÇO DE RECAPEAMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Aposta eleitoral de Nunes, programa teria problemas na execução; prefeitura diz que dará explicações

Por *Carlos Petrocilo, Folhapress — São Paulo*



**Servidores trabalham no recapeamento em via na cidade de São Paulo — Foto: Divulgação/Prefeitura de SP**

O Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo divulgou nesta sexta (1º) que há falhas no serviço de recapeamento feito pela prefeitura pela cidade. O programa é uma aposta do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para a reeleição em 2024.

Entre quarta e quinta-feira, 12 auditores do TCM visitaram mais de 40 buracos e apontaram problemas na execução dos serviços. Entre os principais pontos levantados pelos auditores estão o "alto grau de degradação" e a falta de preparo da área para a aplicação do novo asfalto.

Os auditores do TCM também afirmam que, em muitos casos, grandes áreas recortadas superam o tamanho do buraco naquela via, o que eleva os gastos com os serviços feitos por seis empresas. "Uma vez que as empresas são remuneradas pela quantidade de massa asfáltica aplicada", afirma o tribunal.

Após a vistoria, os auditores vão elaborar um relatório com o balanço da fiscalização.

Em nota à reportagem, a gestão Nunes disse que a operação Tapa Buraco já é fiscalizada por agentes da prefeitura e que, "quando constatada a desconformidade, os serviços são refeitos sem pagamento por parte da prefeitura e as empresas são glosadas". Afirmou, ainda, que os questionamentos feitos pelo TCM serão respondidos.

O município conta com um programa, o Sistema de Gerenciamento de Zeladoria (SGZ), da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), para monitorar o recapeamento em tempo real. "Em quatro anos, o SGZ executou 1,8 milhão de solicitações de serviço de ações de zeladoria", afirma a prefeitura.

#### Prefeitura remanejou gastos

Até o final de 2024, Nunes pretende entregar 20 milhões de metros quadrados. Toda a malha viária da capital paulista é de 187 milhões de metros quadrados.

Antecessores de Nunes, Fernando Haddad (PT) e João Doria (PSDB) recapearam, respectivamente, 3,9 milhões de metros quadrados e 9,9 milhões de metros quadrados.

Em julho, o prefeito retirou R\$ 329,9 milhões do orçamento que estava previsto para a construção de terminais de ônibus neste ano e repassou o valor para a Tapa Buraco. A medida foi publicada no Diário Oficial.

Ao todo, a operação receberá quase R\$ 430 milhões a mais. Outros R\$ 98 milhões serão retirados do orçamento de reformas na infraestrutura urbana do centro, prevista no PIU Central (Projeto de Intervenção Urbana Setor Central).

O prefeito, no entanto, tem sofrido reveses para emplacar o recapeamento. A gestão ficou frustrada quando o TCM barrou, no final de 2021, o edital de quase R\$ 1 bilhão para asfaltar 5,9 milhões de metros quadrados, liberado apenas em junho do ano passado.

As obras vêm sendo alvo de críticas em razão da quantidade de vias interditadas, o que intensifica o trânsito, e também pelo descompasso entre o recapeamento e a implantação de faixas sobre o novo asfalto.

Com o impasse com o TCM no passado, a preocupação do prefeito é chegar ao próximo do ano eleitoral com os serviços de recapeamento ainda em andamento, gerando transtornos como interdições de vias, o que afetaria negativamente o humor do eleitorado.

**Fonte:** Valor Econômico - SP

**Data:** 01/09/2023

## MATRIZ ELÉTRICA NACIONAL É UMA DAS MAIS RENOVÁVEIS DO MUNDO

Hidrelétricas são a principal fonte de energia no país. Matriz energética brasileira apresenta patamar renovável superior ao de todo o planeta

**Por Dino**



**Matriz elétrica nacional é uma das mais renováveis do mundo — Foto: DINO**

O Caderno de Tecnologias de Geração 2023, elaborado pela Empresa de Pesquisa energética (EPE) em colaboração com o Ministério de Minas e Energia e o Governo Federal, afirma que as matrizes energéticas brasileiras apresentaram grande evolução nos últimos tempos, com destaque para as hidrelétricas do país, mas também considerando o avanço de usinas eólicas, fotovoltaicas e termelétricas. Atualmente, segundo o relatório, a matriz elétrica brasileira é uma das mais

renováveis do mundo.

Conforme aponta o Relatório Síntese do BEN 2023, também da EPE, a matriz energética brasileira manteve seu percentual renovável em 47,4% a partir do investimento nas fontes eólica e solar, além de expansão da fonte hidráulica. O estudo garante que o patamar atingido pelo Brasil é superior ao observado no restante do mundo.

MMGD é a sigla utilizada para micro e minigeração distribuída, sendo esse o sistema de pequenas centrais de geração de energia elétrica que permitem aos consumidores produzir sua própria eletricidade. A MMGD tem se mostrado uma evolução permanente no cenário da distribuição de



energia, de acordo com Ricardo Silva, gerente executivo na Landis+Gyr, empresa de gerenciamento de energia.

O profissional lembra que a lei 14.300 de 2022, que cria o Marco Legal da Geração Distribuída, institui cobrança de custos de distribuição para quem produz a própria energia. Esses clientes, desse modo, irão pagar pelo uso da infraestrutura da concessionária nos períodos em que não há geração simultânea de energia, o contrário do que acontecia até então.

“Dessa forma, essa e outras medidas necessárias estão permitindo o crescimento da MMDG de forma sustentável, adequando custos e reduzindo subsídios que resultam na transferência de custos aos demais consumidores”, afirma Silva, que completa dizendo que “ainda existem diversos desafios constantes, tais como dimensionamento de rede, eficiência operacional, perdas comerciais, entre outros”.

Ricardo Silva conta que tecnologias de SMC (sistemas de medição centralizada) estão sendo de grande importância nas redes Smart Grid - redes inteligentes de distribuição de energia elétrica - no grupo B (clientes residenciais) para apoiar na construção de redes de comunicação que, além de protegerem contra perdas comerciais, se tornam pontos de repetição de comunicação para aumento da malha de rede inteligente. “Podemos afirmar que as soluções de Smart Grid podem ser impulsionadas através da aplicação de sistemas de medição centralizada”, pontua.

Questionado sobre quais seriam as perspectivas para o futuro, o especialista da Landis+Gyr acredita que soluções baseadas em tecnologias smart grid gradualmente irão substituir redes convencionais por redes com soluções AMI. “A necessidade ambiental de criação de cenários de descarbonização, fará com que soluções inteligentes de medição e aplicação em redes de distribuição avancem, pois para além de aumentar a eficiência operacional, também reduzem a emissão de carbono”, encerra Ricardo.

Para saber mais, basta acessar: <http://www.landisgyr.com.br>

Website: <http://www.landisgyr.com.br>

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 01/09/2023

### **Governo estuda nova fórmula para integrar PP à Esplanada**

Proposta feita por André Fufuca, futuro ministro, prevê que Wellington Dias mantenha o Bolsa Família e receba Pequenas Empresas, pasta a ser criada

*Por Fabio Murakawa, Renan Truffi, César Felício e Andrea Jubé — De Brasília*

Em meio à indefinição sobre a reforma ministerial, o governo passou a cogitar uma nova fórmula para contemplar o PP com um pedaço do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com uma compensação para o titular da pasta, Wellington Dias.

Pelo novo desenho, conversado entre o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o futuro ministro André Fufuca (PP-MA), Wellington Dias continuaria responsável pelo Bolsa Família e assimilaria o que seria o futuro Ministério de Pequenas Empresas, ainda não criado. Já Fufuca levaria a gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo o Valor apurou, a fórmula foi trazida por Fufuca na quarta-feira em uma reunião no Palácio do Planalto com Padilha e Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), indicado pelo partido para o ministério de Lula.

A ideia agradou Padilha, que vê em Wellington Dias um perfil adequado para capitanear temas como economia solidária e empreendedorismo, pois já fez gestões nessas áreas durante seus mandatos como governador do Piauí.





Mas o cenário é apenas um entre vários cogitados por Lula - que, de acordo com ministros, está "indeciso" e não sabe como "fechar a equação" para a entrada do Centrão no governo.

### **Lula estaria indeciso sobre como equacionar entrada do Centrão no ministério**

Na quarta-feira, um desses auxiliares disse ao Valor que o presidente sugeriu, em uma reunião com Dias, turbinar a parte do MDS a ser entregue ao PP com uma área de economia popular, cooperativismo e "inclusão produtiva". Na prática, isso significaria "fundir" o Ministério de Pequenas Empresas com o "MDS do Centrão".

Segundo esse integrante do primeiro escalão do governo, a ideia foi manifestada por Lula em reunião na manhã de quarta-feira com Dias, no Palácio do Planalto.

Ambos os cenários são contraditórios entre si e estão na mesa do presidente. Mas Dias teria pedido ao presidente que não fizesse nenhum anúncio antes da viagem de ambos ao Piauí, onde estiveram ontem para lançar o Programa Brasil Sem Fome.

Fufuca, por sua vez, pretende levar o Ministério de Portos e Aeroportos, no que tem apoio de parte da cúpula Planalto. O acordo, no entanto, tampouco não está fechado. A pasta tem como titular Márcio França (PSB).

França viajou com Lula a Teresina, onde começa a agenda de lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Nordeste. O roteiro ainda prevê solenidades em Fortaleza (CE) e Natal (RN) nesta sexta-feira.

Ele foi convidado por Lula para integrar a comitiva de 12 ministros que o acompanham na visita ao Nordeste para divulgação do Novo PAC. É o segundo encontro de Lula e França em meio às articulações finais da reforma ministerial. Há expectativa de que nessa viagem, Lula peça o ministério de volta para repassá-lo ao comando do Republicanos.

Nos bastidores, lideranças do Republicanos dão como certo a transferência da pasta de Portos e Aeroportos para o partido. O indicado da sigla, Sílvio Costa Filho, é ex-líder da bancada na Câmara.

Na segunda-feira, Padilha e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, voltaram a oferecer o futuro Ministério da Pequena e Média Empresa, de Cooperativas e Empreendedorismo para o Republicanos, na tentativa de manter o PSB com Portos e Aeroportos. Mas o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), que representou a legenda na conversa, recusou a oferta.

Antes dessa viagem, Lula e França conversaram no Planalto no dia 18. Lula ouviu do auxiliar que ele gostaria de continuar na pasta, que tem influência em seu reduto político por causa do Porto de Santos. Com a troca, a área vai para o controle do principal adversário de França, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Lideranças do PSB fizeram chegar a Lula que, se a troca for inevitável, gostariam que França fosse remanejado para a Ciência e Tecnologia, pasta hoje ocupada por Luciana Santos (PCdoB).

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 01/09/2023*

### **SEMANA DE 4 DIAS: CONHEÇA AS EMPRESAS QUE FARÃO O PROJETO PILOTO NO BRASIL**

Vinte organizações farão parte do experimento que começa em setembro

*Por Adriana Fonseca, Para o Valor*

Vinte empresas irão participar do experimento da semana de quatro dias no Brasil, com início previsto para setembro. Algumas delas são:

- Ab Aeterno
- Alimentare
- Brasil dos Parafusos
- Clementino & Teixeira Advocacia
- Editora Mol
- GR Assessoria Contábil
- Grupo Soma
- Haze Shift – Consultoria de Inovação e Transformação Digital
- Hospital Indianópolis
- Innuvem Consultoria
- Inspira Tecnologia
- Oxygen
- PiU Comunica
- Plongé Consultoria
- PN Comunicação Visual
- Smart Duo Arquitetura
- Thanks for Sharing
- Vockan

As demais preferiram não ter seus nomes divulgados.

As empresas são de diferentes setores, como o mercado editorial, arquitetura, marketing, consultoria de serviços, recrutamento e seleção, alimentos e bebidas, eventos, tecnologia, hospitalidade, software e advocacia, e estão localizadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre.

Em setembro, as participantes serão apresentadas à metodologia desenvolvida com o Boston College. Em novembro começa a experiência, se estendendo até dezembro.



**Antes, durante e depois do programa da semana de quatro dias serão avaliados indicadores como estresse da força de trabalho, facilidade para equilibrar vida pessoal e profissional, resultados financeiros e turnover — Foto: Unsplash**

Antes, durante e depois do programa serão avaliados indicadores como estresse da força de trabalho, facilidade para equilibrar vida pessoal e profissional, resultados financeiros e turnover. A proposta é seguir o modelo 100% do salário, trabalhando 80% do tempo e mantendo 100% da produtividade. “Não é simplesmente tirar um dia, é redesenhar o trabalho”, afirma Renata Rivetti, da Reconnect Happiness at Work, parceira no Brasil da organização sem fins lucrativos 4 Day Week Global.

No Reino Unido, onde participaram do experimento 2.900 trabalhadores, 92% das empresas decidiram continuar com a semana de quatro dias, segundo a 4 Day Week Global. Por lá, os resultados foram: 39% dos empregados se sentiram menos estressados; 71% reduziram sintomas de burnout; 54% acharam mais fácil conciliar vida pessoal e profissional; houve aumento de 1,4% na receita da companhia e, comparando com período similar em anos anteriores, a receita aumentou em média 35%; o turnover caiu 57% no período do piloto e 15% dos profissionais participantes disseram que nenhum aumento de salário os faria voltar à semana de cinco dias.

Já passaram pelos pilotos companhias dos Estados Unidos, Irlanda, Portugal e África do Sul.

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 01/09/2023



## G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

### BRASIL SUPERA EUA E SE TORNA MAIOR EXPORTADOR DE MILHO DO MUNDO

Isso não acontecia desde 2013, quando os americanos perderam produção por causa de seca, mostram dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

*Por Paula Salati, g1*

O Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o maior exportador de milho do mundo, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), referentes à safra 2022/2023, que se encerrou na quinta-feira (31).



*Lavoura de milho em MT — Foto: Marcos Vergueiro/Secom-MT*

A última vez em que o Brasil foi "medalha de ouro" nas exportações de milho foi em 2013, quando os EUA tiveram perdas em sua produção provocadas por uma forte seca. A exportação de milho é essencial para alimentação de rebanhos, ao redor do mundo.

Nesta safra que se encerrou, o Brasil respondeu por 32% das exportações mundiais, enquanto os Estados Unidos, que lideram o mercado de milho há mais de um século, responderam por cerca de 23%. Segundo projeções da USDA:

- O Brasil exportou 56 milhões de toneladas de milho na safra 2022/2023;
- ao passo que os EUA venderam 41,277 milhões de toneladas;
- e, por fim, no mundo, as vendas totais giraram em torno 177,5 milhões de toneladas.

#### **Por que o Brasil ganhou liderança?**

Segundo o pesquisador Felipe Serigati, do Centro de Agronegócios da FGV (FGV Agro), a mudança de pódio aconteceu porque:

- o Brasil colheu uma grande safra de milho;
- a China, que compra bastante dos EUA, está tentando diversificar seus fornecedores de grãos;
- a colheita dos EUA caiu em relação à safra passada, por condições climáticas desfavoráveis e aumento de custos;
- Os EUA estão direcionando mais milho para a produção de biocombustíveis, farelo e óleos vegetais.

#### **País deve passar Argentina em farelo de soja**

Além do milho, o Brasil vai sair na frente nas exportações de farelo de soja este ano, deixando a Argentina, que é a maior exportadora mundial do produto, em 2º lugar.

O cenário é explicado por uma redução da produção argentina, que teve as suas lavouras prejudicadas por uma grande seca na região.

O Brasil foi o último maior fornecedor mundial de farelo de soja há mais de 20 anos, na safra 1997/98, segundo informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP).

De acordo com a USDA, a exportação de farejo de soja, na safra 2022/2023, deve ficar assim:

- Brasil: 21,500 milhões de toneladas;
- Argentina: 21,200 milhões de toneladas;
- Total de todos os exportadores: 66,478 milhões de toneladas.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 01/09/2023



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### BARROSO É QUARTO MINISTRO A VOTAR CONTRA MARCO TEMPORAL NO STF

Julgamento foi suspenso e será retomado na quarta-feira (6)

Por André Richter - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro Luís Roberto Barroso (ao centro), do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou o placar contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Na sessão desta tarde, Barroso proferiu o quarto voto contra o marco. Com o posicionamento do ministro, o placar do julgamento está em 4 votos a 2 contra a tese.

Após o voto de Barroso, o julgamento foi suspenso e será retomado na quarta-feira (6).

Em seu voto, Barroso citou o julgamento que garantiu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e afirmou que a Constituição protege o direito dos indígenas a sua identidade cultural e assegura direito à terra.

“Não existe marco temporal fixo e inexorável, e a ocupação tradicional também pode ser demonstrada pela persistência na reivindicação de permanência na área”, afirmou.

#### Votos

Até o momento, além de Barroso, os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin se manifestaram contra o marco temporal. Nunes Marques e André Mendonça se manifestaram a favor.

Moraes e Zanin votaram contra o limite temporal, mas estabeleceram a possibilidade de indenização a particulares que adquiriram terras de “boa-fé”. Pelo entendimento, a indenização por benfeitorias e pela terra nua valeria para proprietários que receberam do governo títulos de terras que deveriam ser consideradas como áreas indígenas.

#### Críticas



A indenização aos proprietários por parte do governo é criticada pelo movimento indigenista. Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a possibilidade é “desastrosa” e pode inviabilizar as demarcações.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que a possibilidade de indenização ou compensação de território vai aumentar os conflitos no campo.

**Manifestação de Indígenas contra o marco temporal na Praça dos Três Poderes - Joédson Alves/Agência Brasil**

Entenda



No julgamento, os ministros discutem o chamado marco temporal. Pela tese, defendida por proprietários de terras, os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época. Os indígenas são contra o entendimento.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena (TI) Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da terra é questionada pela procuradoria do estado.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 01/09/2023*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### PARA ANTAQ, TABELAMENTO DE PREÇOS É ÚLTIMA OPÇÃO

*Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 01/09/2023 - 21:01*



#### *Arquivo/Divulgação Praticagem do Brasil*

Superintendente afirmou que existem alternativas regulatórias que podem contribuir para aumento da transparência nos preços da praticagem. Advogado sugere não generalizar discussão sobre impasses em acordos de negociação do serviço porque existem 21 zonas de praticagem no Brasil, com características distintas

O superintendente de regulação substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), José Gonçalves Moreira Neto, afirmou que o tabelamento de preços (price cap) sempre é a última opção a ser considerada para a regulação econômica. Durante audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da praticagem, na última quinta-feira (31), Moreira Neto disse que existem alternativas regulatórias, como a AIR (análise de impacto regulatório) que contribuem para o aumento da transparência.

“Falando de regulação econômica, não falamos necessariamente de tabelamento de preços, temos remédios regulatórios”, comentou Neto durante a sessão. Ele acrescentou que existem possibilidades de contraditório na negociação, como a arbitragem e a mediação de conflitos que a Antaq já faz com tranquilidade e já são prática consolidadas no setor de navegação.

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) pediu regulação econômica não por tabelamento, mas pelo tratamento dos casos excepcionais. A associação, que representa o transporte de longo curso que opera na costa brasileira, reconheceu que os armadores estrangeiros possuem contratos na maior parte das zonas de praticagem (ZPs), porém defendeu a arbitragem do poder público nos casos específicos em que não há consenso nas discussões de preço com os práticos.

A associação apoia os projetos de lei (577 e 4392) que expressam a necessidade de regulação econômica da praticagem. “Para nós, fica evidente que existem arestas e problemas que precisam ser resolvidos com a regulação da praticagem, nos casos em que há desequilíbrio na definição de valor”, apontou o diretor-executivo do Centronave, Cláudio Loureiro. Ele relatou que, em Manaus (AM), os práticos estariam pedindo um aumento de 300% de preço.

O Centronave também identifica sobreposição de atribuições de serviços nos portos. Loureiro citou que, atualmente, Santos é o porto mais caro do Brasil em termos de tabela 1 (acesso aquaviário),



que tem como finalidade remunerar uma série de serviços, como monitoramento de ventos, marés, manutenção de calado e batimetria. Segundo o executivo, os armadores pagam em torno de R\$ 190.000 para a operação de um navio com 95.000 TPB, o dobro do segundo colocado (Porto do Rio de Janeiro) e 10 vezes o que se paga em alguns portos do Nordeste.

O advogado Osvaldo Agripino se disse cético quanto ao sucesso no caso de uma atribuição da regulação econômica da atividade de praticagem à Antaq. Ele recomenda cautela já que, apesar de alguma evolução da atuação da agência, ainda não existe regulação econômica efetiva de preços no setor aquaviário. Agripino ressaltou que a hipótese não impede o setor de discutir ajustes no atual modelo com praticos, armadores, terminais, donos de carga e demais agentes envolvidos.

O professor de Direito Marítimo e Portuário, que estuda a regulação no setor há 25 anos, comparou que a Federal Maritime Commission (FMC), equivalente à Antaq nos EUA, não trata de assuntos de praticagem. Ele relatou que nos EUA, há mais de 100 anos, o principal cliente do práctico não é navio, armador ou a carga, e sim o Estado, sendo o profissional defensor do interesse público na ZP. Agripino explicou que existe uma decisão da suprema corte norte-americana de 1854, que entendeu que o práctico presta uma atividade de comércio privado. Lá, 24 estados têm cada um seu modelo próprio de regulação.

“Não digo que tem que fazer ajuste, mas o foco e a maneira como está sendo enfrentado o problema do Congresso nacional está desfocado da realidade maior do problema porque a praticagem no Brasil não opera no ambiente da praticagem de outros países onde o Estado e o governo investem maciçamente. Esses custos de praticagem não são pagos pelo governo, são pagos para que eles tenham o mínimo de segurança na sua atividade”, afirmou durante a audiência pública.

Para Agripino, o dia-a-dia da Antaq mostra que, pelo menos num primeiro momento, essa regulação não pode ser atribuída à autarquia. Na visão do jurista, essa intervenção pode gerar externalidades sérias negativas decorrentes da degradação da qualidade do serviço. “Num setor que defende a proteção das vidas humanas e marinhas, não é para ter preço-teto, é para ter preço mínimo para evitar degradação”, analisou.

Agripino disse que a empresa de praticagem no Brasil é totalmente privada e arca com todos os investimentos para que o serviço seja executado. Ele entende que os altos investimentos iniciais e os custos elevados fixos que a praticagem possui tornam necessário uma escala mínima para que esse serviço seja viável. “O modelo no mundo inteiro tem que ser monopólio porque se coloca mais de uma praticagem concorrendo numa mesma ZP vai gerar externalidade negativa e vai afetar a efetividade do valor segurança”, salientou.

Ele avalia que essa regulação é um tema que deveria ser discutido por atos normativos, e não por lei. Agripino disse que não se deve generalizar as cobranças do serviço porque existem 21 zonas de praticagem com características distintas. “Parece que há só um recorte sem observar que a Constituição Federal tem que ser interpretada de maneira sistêmica com regulação da defesa do usuário, defesa da concorrência, livre iniciativa e segurança”, apontou.

O advogado lembrou que, na discussão sobre a metodologia da abusividade da sobre-estadia de contêineres (demurrage e detention), a Antaq arquivou recentemente o processo que vem sendo discutido há mais de 4 anos. Ele mencionou o caso da cobrança de R\$ 5,5 milhões pela armazenagem de 12 contêineres, cujo valor da carga totalizava R\$ 2,5 milhões. Ele também apontou que falta regulação econômica para o escaneamento de contêineres, para a taxa de lacração e para mais de 60 cobranças de tarifas extra-frete.

Ele defende que o modelo que eventualmente for aprovado preconize a participação do práctico na fixação ou discussão da metodologia, como é na maior parte das zonas de praticagem nos EUA. O advogado ressaltou que a teoria da regulação social diz que qualquer intervenção regulatória em determinado setor só deve ocorrer se houver evidência que possa causar uma externalidade positiva.

Para o advogado, os eventuais custos de acidentes não se resumem aos custos privados porque também podem envolver prejuízos ambientais e interrupção do fluxo de embarcação, já que um navio encalhado num rio ou na entrada de um porto bloqueia a economia da região. "Tratamos de eventual tomada de decisão de uma política pública sem evidências empíricas que justifiquem afetar e intervir num momento desses", frisou.

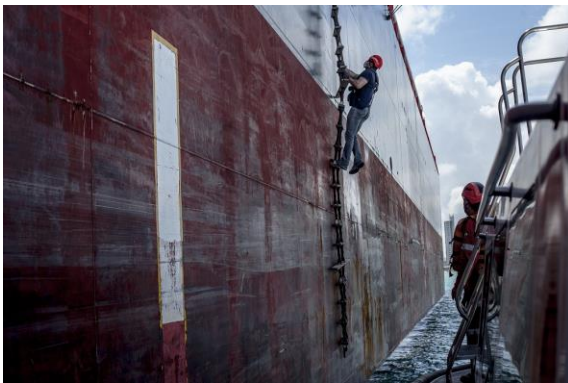
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/09/2023

## MARINHA DEFENDE QUE ANTAQ ASSUMA REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 01/09/2023 - 16:38

*Praticagem Fortaleza (Divulgação Praticagem do Brasil)*



*Autoridade marítima espera que propostas legislativas preservem distinção entre regulação técnica e regulação econômica*

A Marinha do Brasil espera que os projetos de lei sobre a regulamentação da praticagem que tramitam no Congresso permitam que a autoridade marítima concentre esforços em suas prerrogativas de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção à poluição ambiental causada por embarcações e plataformas. Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, na última quinta-feira (31),

o diretor de portos e costas (DPC), Sérgio Renato Berna Salgueirinho, disse que a autoridade marítima defende a proposição de que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) assuma o papel de regulador econômico, conforme sugerem os projetos de lei 4.392/2020, do deputado Alceu Moreira (MDB-RS) e PL 757/2022, editado pelo governo federal na gestão passada.

A Marinha vislumbra que o arranjo proposto pelos dois PLs consolida a percepção de competências distintas para regulação técnica, hoje exercida pela autoridade marítima, e econômica, a qual considera inexistente no país. "A regulação econômica não é realizada pela Marinha. Em virtude de imperfeições causadas pela existência da escala de rodízio única, por razões essencialmente técnicas, há imprescindível necessidade de regulação econômica. A Marinha não possui vocação para regulação econômica e considera que a separação entre os entes — regulação técnica e regulação econômica — deve ser preservada", pontuou Salgueirinho na sessão realizada na Comissão de Administração e Serviço Público.

Os PLs 4392 e 757 apontam em suas justificativas não haver concorrência na prestação do serviço e que os prestadores impõem seus preços aos tomadores que são obrigados a utilizá-los. "Vislumbra-se na regulação econômica contribuição para desenvolvimento do transporte aquaviário e propõem que a Antaq assuma papel de regulador econômico. Esta proposição é defendida pela Marinha como autoridade marítima", afirmou Salgueirinho.

A Marinha avaliou que o PL 1.565/2019, que tem objetivo de propor regulamentação e dar maior segurança jurídica à praticagem, está muito focado nas garantias de segurança do trabalho dos práticos e que existe pouca convergência entre textos apensados (4392/2020, 757/2022 e 1118/2023).

A autoridade marítima também vê o PL 877/2022, do Senado, com propostas que, em grande parte, visam adicionar à lei matérias de dispositivos infralegais já tipificados à exaustão na Normam-12, como a essencialidade e permanente disponibilidade do serviço, habilitação dos práticos em consonância com recomendações de organismos internacionais, emissão de certificado de isenção de práticos, escala de rodízio único, critérios para obrigatoriedade e isenção de praticagem, além de



orientações sobre rumos e velocidades a serem emitidos aos comandantes nas zonas de praticagem (ZPs).

Para a autoridade marítima, a inserção de dispositivos infralegais já regulamentados na Normam-12 comprometeria a dinâmica da regulação técnica da atividade estabelecida na Lei de segurança do tráfego aquaviário — Lesta (9.537/1997). O PL 877/2022 menciona regulação econômica do serviço e a sua precificação em caso extraordinário de risco de interrupção do serviço ocasionalmente por ausência de acordo entre as partes. “São assuntos de natureza técnica, incompatíveis com uma legislação que se destina a ser perene e que trata de temas que tendem a evoluir rapidamente com a tecnologia disponível”, ressaltou.

O diretor de portos e costas explicou que a única menção sobre remuneração do serviço constante na Lesta, em seu decreto regulamentar, restringe-se à possibilidade de a autoridade marítima fixar preços temporariamente e precariamente para assegurar a disponibilidade do serviço nas ZPs estabelecidas. A DPC é responsável por regulamentar serviço da praticagem, estabelecer as ZPs onde é obrigatório a utilização do serviço e especificar as embarcações dispensadas do serviço.

Salgueirinho frisou que a autoridade marítima enxerga na implantação da regulação econômica a complementaridade que falta à regulação técnica exercida pela Marinha, de forma a amenizar o poder de mercado que o monopólio concede ao prestador de serviço (prático), enquanto a autoridade marítima demanda a sua contratação pelo tomador do serviço (armador). Ele disse que a diretoria revisou a Normam-12 há pouco mais de 2 meses, já incorporando orientações apontadas em recente auditoria operacional na atividade realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O diretor disse ainda que, após a extinção da Comissão Nacional para Assuntos da Praticagem (CNAF) em 2019, o aperfeiçoamento permanece na pauta política dos governos desde 2012. “A despeito da inexistência de regulação econômica da praticagem brasileira, a Diretoria Geral de Navegação (DGN) e a DPC mantêm permanente diálogo técnico com armadores e práticos na preservação da apreciada qualidade do serviço”, garantiu.

Durante a audiência, o presidente da Federação Nacional dos Práticos (Fenapráticos), Gustavo Martins, disse que, há mais de 60 anos, o serviço passou a ser atividade privada e pautada na livre negociação de preços, o que permitiu crescimento da atividade, investimentos e formação de práticos e operadores de atalaia com alta qualificação, trazendo um serviço de primeiro mundo sem custos para o poder público. “Precisamos de segurança jurídica. Infelizmente, há alguns anos, houve tentativa de alterar os preceitos que regem o serviço através de decretos, sem atentar ao que dizia a Lesta. Se percebeu que o arranjo atual em que todas as principais regras são definidas pela Normam (12) não é suficiente para garantir a segurança jurídica do serviço”, comentou.

Martins considera que o PL 1565/2019 e o PLS 877/2022 foram editados com objetivo de trazer segurança jurídica com base nesses preceitos, os quais classifica como fundamentais para garantir qualidade e segurança do serviço para a lei, a despeito de uma tentativa de alterar por decreto. Ele julga necessário que o assunto seja discutido no Congresso. “Não se tenta mudar nada com projetos atuais. Nas alterações propostas em outros projetos, inclusive do governo, se deseja voltar no tempo, para que o governo atue mais diretamente em substituição à livre negociação”, acredita.

Martins acrescentou que a maioria das ZPs tem contratos negociados livremente com seus armadores. “Declarar que o preço do serviço de praticagem interfere no custo Brasil é uma falácia. A falta de serviço de praticagem de qualidade traria grandes prejuízos para economia e para geração de renda no Brasil”, manifestou em sua participação na audiência.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/09/2023*

**EMBARCAÇÕES MOVIDAS A AMÔNIA PODEM SER VIÁVEIS JÁ EM 2026**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 31/08/2023 - 22:32*





### **Navio transportador de amônia - ilustração**

Estudo do Fórum Marítimo Global revela que os navios movidos a amônia serão comercialmente viáveis já em 2026, com uso de subsídios. O relatório se baseia em um conjunto ambicioso mas viável de ações. O documento é a segunda fase de um projeto centrado em um navio gaseiro movido a amoníaco, o primeiro do seu gênero. A diferença de custos entre a operação de navios com amoníaco com emissões zero e combustível convencional pode ser equacionada antes de 2030, segundo o estudo.

A tecnologia para a utilização de amoníaco como combustível naval avança rapidamente, com vários projetos reportando progressos. Pesquisas realizadas por fabricantes de motores, incluindo MAN e Wartsila, bem como projetos no Japão e com grandes construtores navais, já realizaram os primeiros testes de combustão.

No momento, o foco é no desenvolvimento de sistemas de abastecimento de combustível.

Mas o estudo infere que sem fortes ações, um navio gaseiro movido a amônia gaste mais 50% a 130% em combustível do que um equivalente convencional nos próximos anos.

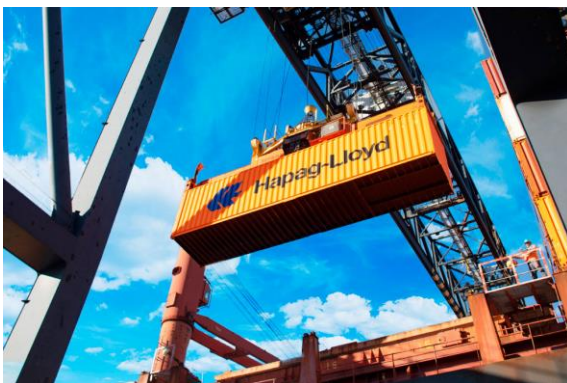
A forma de reduzir a diferença de custos seria lançar mão de vários recursos, como navios com duplo combustível, acordos de financiamento competitivos, eficiência operacional, subsídios aos combustíveis e regulamentação governamental. Com ações simultâneas, o relatório conclui que a diferença de custos poderia ser reduzida em 2026 e a paridade atingida até 2030.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/09/2023*

## **CENTRONAVE: ARMADORES APRESENTAM INOVAÇÕES PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 31/08/2023 - 21:55*



Soluções vão desde robôs aspiradores subaquáticos a combustíveis sustentáveis

O transporte marítimo internacional é responsável por movimentar 90% das transações comerciais globais. Os armadores associados ao Centronave vêm apresentando várias inovações para acelerar a descarbonização nessa movimentação global. As soluções vão além de uma atualização tecnológica de motores e de novos combustíveis e incluem estratégias alternativas, como auxílio de inteligência artificial, gestão de cargas, e terminais mais modernos e

eficientes.

Estas medidas visam acelerar a descarbonização do setor e reforçar o compromisso dos armadores com o meio ambiente e a sociedade, além de ajudar a atender à meta estipulada pela Organização Marítima Internacional (IMO) de reduzir emissões de CO2 em 30% até 2030.

“Já existem navios saindo dos estaleiros movidos a metanol, hidrogênio, amônia e gás (GLP). Um de nossos associados, por exemplo, está construindo 12 navios (o primeiro a ser entregue em 2025) exclusivamente movido a metanol.” afirma Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave).

O acordo fechado recentemente em Londres pela IMO é um avanço sobre o anterior, de 2018, em que os países definiram 40% de redução das emissões em 2030 e zero emissão até o final século. O esforço, agora, visa acelerar em 50 anos a descarbonização do transporte marítimo internacional: redução de 20% buscando chegar a 30% em 2030 e de 70% buscando chegar a 80% em 2040.

“No futuro teremos uma nova geração de navios com zero emissão de CO<sub>2</sub> ou com emissão muito baixa em relação à atual frota,” declara Loureiro.

Os maiores armadores do mundo, como a ONE, Hapag-Lloyd, MSC e Maersk, investem em diversas soluções como a modernização da frota atual, o uso de sistemas de navegação inteligente, armazéns de logística de baixa emissão, calculadoras de carbono, utilização de “robô aspirador subaquático”, novos propulsores mais econômicos, e a novas tecnologias em combustíveis alternativos e menos poluentes.

Como parte dos esforços para a descarbonização no transporte marítimo, a MSC começou a utilizar novas e revolucionárias soluções sustentáveis em seus navios porta-contêineres, como o “robô aspirador subaquático” para limpar os cascos com frequência, o que ajuda a diminuir em até 20% as emissões de CO<sub>2</sub>. Ao manter os cascos dos navios limpos, os motores operam a menor carga e economizam combustível. E com a entrada em operação de novas embarcações, desde 2019, como o M/V “MSC Gülsün”, a empresa vem também estabelecendo novas referências para o transporte sustentável de contêineres, com uma das mais baixas pegadas de emissão de carbono para mover uma tonelada de carga por milha náutica.

A ONE, por seu lado, tem testado com sucesso o “biocombustível sustentável para descarbonização”. Os testes vem sendo realizados em colaboração com a Mitsui O.S.K. Lines, e com a empresa pioneira e líder mundial em biocombustíveis sustentáveis GoodFuels. Os biocombustíveis sustentáveis não emitem óxido de enxofre e proporcionam uma redução de 80% a 90% das emissões de CO<sub>2</sub> em relação aos combustíveis fósseis. Também não requerem modificações nos motores ou infraestrutura dos navios atuais.

Em relação aos combustíveis verdes, em outro exemplo, a Maersk está criando uma estrutura bem avançada para a utilização de metanol verde como combustível naval. Para aumentar a capacidade de produção mundial de metanol verde, a empresa recentemente firmou parcerias estratégicas com seis companhias líderes, com a intenção de fornecer pelo menos 730 mil toneladas/ano até o final de 2025. Com isso, alcançará a necessidade de metanol para o abastecimento dos primeiros 12 navios de contêineres verdes já encomendados. A empresa também anunciou a construção na Dinamarca do seu primeiro “armazém de logística verde” com baixa emissão de gases de efeito estufa.

A Hapag-Lloyd também lançou o produto Ship Green, uma nova solução para transportes baseada em biocombustíveis para reduzir emissões de CO<sub>2</sub>. Com a solução, os clientes podem escolher entre três opções diferentes, que representam diferentes níveis de prevenção das emissões de dióxido de carbono equivalente: 100%, 50% ou 25%. Ao oferecer o Ship Green, a Hapag-Lloyd continua no caminho para alcançar operações de frota neutras para o clima até 2045.

Atualmente, o transporte marítimo global corresponde por até 3% das emissões de CO<sub>2</sub>.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 01/09/2023



### SUAPE LANÇA PLATAFORMA DE INOVAÇÃO ABERTA PARA AUXILIAR EMPRESAS DO COMPLEXO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 31/08/2023 - 21:39*

Canal é a ponte entre indústrias do território e o ecossistema de inovação e conta com a parceria da Adepe, Porto Digital, Softex-PE e Universidade de Pernambuco

Para fomentar a inovação aberta no território, o Complexo Industrial Portuário de Suape lançou, nesta quinta-feira (31), a plataforma Suape Open Innovation, modelo de gestão que acelera a inovação nas empresas por meio de parcerias com outras corporações e instituições científicas e de inovação tecnológica, possibilitando o crescimento por meio da troca de experiências.

Na ocasião, foi apresentado o Desenvolve.aí, programa criado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) em parceria com o Porto Digital, com o objetivo de levantar desafios e oportunidades do mercado que podem ser solucionados por meio de inovação.

“A inovação aberta é um desafio que estamos abraçando com muita expectativa. Além de aprender junto com o complexo, a ideia é promover um ambiente de estímulo que garanta a competitividade e fomenta a cadeia produtiva com o que há de mais novo no mercado. Estamos felizes em poder lançar a plataforma Open Innovation para as empresas do território e a expectativa é de que o projeto ganhe proporção nacional, que tenhamos experiências significativas para o país e que possamos aprender com elas”, afirmou o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

A diretora de Inovação e Transformação de Suape, Adriana Martin, pontuou que a iniciativa é muito importante para o universo portuário. “Estamos começando algo que contribuirá para a eficiência e produtividade das empresas do complexo e os colaboradores perceberão que a inovação faz parte da rotina. Temos exemplos importantes de cases de sucesso desenvolvidos no atracadouro e as métricas não mentem: os resultados são incríveis”, ressaltou a gestora.

As empresas podem inscrever seus desafios no canal aberto no site de Suape, disponível na aba Inovação. Após essa etapa, a empresa preenche os campos com informações das organizações e seleciona as categorias de interesse, a exemplo de inteligência artificial, desenvolvimento de software e programação; geoprocessamento, geolocalização e rastreamento; entre outros. A plataforma é parte das ações do Programa Lócus de Inovação Suape, formado pela estatal portuária, Universidade de Pernambuco e Softex, contando com apoio da Facepe.

“Suape tem papel fundamental no desenvolvimento de Pernambuco e a Adepe quer unir forças para potencializar nosso ambiente e ecossistema de inovação e negócios. Temos uma oportunidade única de conectar solucionadores de problemas e mão de obra qualificada com as indústrias instaladas no Estado. O Suape Open Innovation será importante ferramenta e aproximará iniciativas similares em conjunto com a Adepe e outros órgãos de Pernambuco”, enfatizou o diretor-geral de Fomento, Inovação e Arranjos Produtivos da Adepe, Pedro Neves.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/09/2023*

## THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL RECEBE PRÊMIO E CERTIFICAÇÃO POR AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 31/08/2023 - 21:43*



A thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul anuncia a conquista de dois importantes reconhecimentos ao seu trabalho de gestão socioambiental: a certificação pelo programa Selo Social da Prefeitura de Itajaí e o Prêmio Fritz Müller, principal reconhecimento ambiental do estado de Santa Catarina.

Realizado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), o Prêmio Fritz Müller é destinado a projetos e iniciativas que vão além da legislação ambiental e resultam em benefícios para o desenvolvimento sustentável. Na 24ª edição da





premiação, a thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul foi reconhecida na categoria Reciclagem pelo projeto “Otimização de Tecnologias de Reciclagem de Resíduos – O Caminho do Aterro Zero”, que começou em 2022 e segue na busca pela melhoria da disposição ambiental dos resíduos.

O projeto foi dividido em cinco fases: identificação dos resíduos gerados; busca e implementação de técnicas de reciclagem; treinamento com colaboradores; estabelecimento de metas de reciclagem e acompanhamento do indicador; otimização das técnicas de reciclagem e redução de resíduos.

“Por meio de pesquisas de mercado, caracterização e classificação dos resíduos e conversas com possíveis fornecedores, conseguimos destinar para reciclagem e reutilização materiais como resíduos abrasivos, eletrodos de solda e gralha de aço, entre outros”, afirma Sandro Rogerio Urban, gerente de Sustentabilidade da thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul. Atualmente, cerca de 90% dos resíduos gerados no estaleiro são reciclados ou reaproveitados, e não mais dispostos em aterros sanitários.

O treinamento sobre a segregação adequada dos resíduos acontece na integração, antes mesmo do colaborador iniciar suas atividades na empresa, e conta com a participação dos setores operacionais, administrativos e dos subcontratados. “Nesse treinamento, é destacada a importância da segregação no quesito ambiental, social e econômico. Também são mostrados os resultados alcançados com a correta separação do resíduo e as respectivas metas de reciclagem, assim como exemplos de geração de resíduo em cada área e sua respectiva disposição no contentor ou lixeira para que o colaborador entenda como realizar a separação”, explica Urban.

Em agosto, a thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul também foi certificada pelo programa Selo Social da Prefeitura de Itajaí, que reconhece e valoriza publicamente as iniciativas de organizações que promovam o desenvolvimento socioeconômico de seus funcionários e colaboradores e da comunidade na qual está inserida. A empresa foi o único estaleiro a receber o reconhecimento, cujos selos estão diretamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ao todo, 16 projetos socioambientais da thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul foram considerados para a concessão do certificado. Um exemplo é a redução da pegada de carbono por meio da aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre a partir de fontes renováveis. Graças a essa iniciativa, a planta deixou de emitir quase 140 toneladas de CO2 equivalente em um ano, o que equivale ao plantio de cerca de 1.000 árvores em um projeto de reflorestamento de 20 anos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/09/2023*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 01/09/2023*